

IJ
00337
V.1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

ARTICULAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VOLUME I

337
V.1 E.1

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

320
I59
75
V

IJ00337
7913/1987
V.1 EX.1

330.9815 2
759 a
7913/87
U. 1 ex. 4

ARTICULAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VOLUME I

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ARTICULAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VOLUME I

JANEIRO/1987

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Moraes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO IJSN

Robson Luiz Pizziolo

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS

Maria Heloisa Dias Figueiredo

ELABORAÇÃO

Ângela Maria Baptista

Ângela Maria Morandi

Luciana Simões Rodrigues

Marúcia Almeida de Carvalho Britto

Osmar Cipriano da Silva

ESTAGIÁRIA

Ana Beatriz Morena da Gama

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

SUMÁRIO

PÁGINA

VOLUME I

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. EVOLUÇÃO DA SÓCIO-ECONOMIA ESTADUAL	9
2.1. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESPÍRITO SANTO - TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS RECENTES.....	9
2.2. A ERRADICAÇÃO DO CAFÉ E SUAS CONSEQUÊNCIAS....	13
2.3. A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL ATÉ 1975.....	27
2.4. EXPANSÃO RECENTE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HEGEMONIA DO GRANDE CAPITAL - 1975/1985	36
2.5. URBANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO..	50
3. INFORMAÇÕES SETORIAIS.....	61
3.1. GOVERNO - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZA DA	61
3.2. TRANSPORTE.....	62
3.3. ENERGIA	65
3.4. COMUNICAÇÃO	68
3.5. EDUCAÇÃO	69
3.6. SAÚDE	72
3.7. HABITAÇÃO	75
3.8. SANEAMENTO	77
4. EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO	80
4.1. HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO.....	80
4.2. A SITUAÇÃO ATUAL	81
4.3. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA.....	86

PÁGINA

5. O MEIO AMBIENTE	87
5.1. REGIÃO I - VITÓRIA	87
5.2. REGIÃO II - COLATINA.....	89
5.3. REGIÃO III - NOVA VENÉCIA	91
5.4. REGIÃO IV - LINHARES	93
5.5. REGIÃO V - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.....	94
6. BIBLIOGRAFIA	96

VOLUME II - TABELAS

1.

INTRODUÇÃO

A elaboração da Articulação Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo pelo Instituto Jones dos Santos Neves faz parte do Protocolo de Intenções que este órgão celebrou junto com a Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes e a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, visando a execução da primeira fase do Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro - PIMEB.

O PIMEB é um Programa coordenado pelo MME, que visa encontrar melhor estrutura energética para o país e suas regiões, através de trabalhos descentralizados ao nível das Unidades da Federação.

A Articulação Sócio-Econômica é uma parte deste trabalho e segue orientação do MME¹. Compõe junto com os trabalhos - Balanço Energético, Potencialidades Energéticas, Fluxo Energético e Diagnóstico Energético, a primeira fase do PIMEB.

O presente documento inicia-se com a análise sobre a evolução da sócio-economia estadual; as atividades econômicas do Espírito Santo e suas transformações estruturais; a erradicação do café e suas consequências; a evolução industrial; a expansão recente do **Grande Capital**; e a urbanização e dinamização do setor terciário.

Em seguida são estudados outros setores da economia, tais como: Governo, Transporte, Energia, Comunicação, Educação, Saúde, Habitação e Saneamento. Posteriormente, apresenta-se a Evolução e Estrutura da População bem como uma descrição do Meio Ambiente.

¹Articulação Sócio-Econômica - Origem dos Sistemas Energéticos Localizados, elaborada, em 1984, por Inaldo Loureiro Filho, coordenador de Sistemas de Minas e Energia.

Devido à necessidade de dar respostas setorializadas em curto espaço de tempo, não se conseguiu realizar pesquisas de campo visando a atualização e complementação dos dados secundários existentes e nem de estabelecer maiores articulações da energia com a sócio-economia. Isto ficou para a última etapa dessa fase, denominada Diagnóstico, onde procurar-se-á aprofundar o conhecimento da realidade do Estado e de suas necessidades energéticas, no objetivo de subsidiar de forma mais efetiva e abrangente as intervenções do poder público na correção dos problemas energéticos.

2. EVOLUÇÃO DA SÓCIO-ECONOMIA ESTADUAL²

2.1. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESPÍRITO SANTO - TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS RECENTES

O Espírito Santo apresenta-se hoje como um Estado predominantemente industrial, tendo um perfil produtivo praticamente idêntico às demais regiões industrializadas do país.

Este quadro resultou de um movimento extremamente concentrado no tempo pois, até os anos sessenta, a economia capixaba esteve ligada exclusivamente à produção primária, onde o café assumia o papel, inigualável, de principal produto. Em 1960, como mostra a Tabela 2.01, 48,8% da renda interna derivava do setor primário, tendo o café uma participação de 32,5% na renda do setor. O setor secundário tinha uma contribuição praticamente insignificante, na faixa de 6% de produto (renda), tendo a indústria de transformação, principalmente a de produtos alimentares, uma participação decisiva. Além deste, os gêneros madeira e mobiliário tinham alguma relevância, por estarem também diretamente ligados à produção primária. O setor terciário contribuía com 45,5% da renda do Estado e estava ligado às atividades dinamizadas pelo setor primário, em primeiro lugar, e pelo gasto do governo, em segundo. O comércio e os serviços de transporte e comunicação eram responsáveis por quase 40% da renda do setor.

Em poucas palavras, pode-se caracterizar a economia capixaba naquele momento como estritamente agrícola, tendo uma produção industrial quase que desprezível e intimamente ligado à transformação de produtos primários, objetivando o consumo final: alimentos, madeira beneficiada, mó

²Os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 foram elaborados a partir do trabalho **Antecedentes e Evolução da Economia Capixaba** NEP-UFES/IJSN.

veis, etc. Ou seja, a produção industrial consistia praticamente numa etapa a mais na produção dos mesmos produtos agrícolas, destinados à reprodução física da sociedade e não à busca de valorização da riqueza.

Reportando-se ao ano de 1975, observa-se uma profunda mudança na estrutura produtiva do Estado. O setor primário perde participação no total da renda, caindo para 20,7%, acompanhado por uma profunda queda na participação do café, que se limita a gerar 18,6% do total do setor, enquanto o subsetor animal e derivados teve um crescimento notável: de 22,5% em 1960 para 52,9% em 1975. Esta mudança de peso dentro do setor primário deveu-se, basicamente, à política de erradicação dos cafezais levada a efeito a partir de 1962 e ao estímulo concedido à pecuária. O setor terciário, ainda que tenha crescido 15 pontos percentuais neste intervalo de tempo, indo de 45,3% em 1960 para 59,6% em 1975, não alterou profundamente sua participação na renda. Esta permaneceu próxima de 50%, nível teórico e historicamente comum a qualquer economia, seja ela agrícola ou industrial. Ou seja, o aumento na participação do setor secundário gera em contrapartida uma queda na participação do setor primário e um aumento no setor terciário. Isto porque a indústria tem maior capacidade de dinamizar o setor de comércio e serviços (o terciário) do que o setor primário. Além disso, a maior participação da indústria na renda, altera substancialmente a composição do setor terciário: há um nítido crescimento do comércio, dos transportes e comunicações e da intermediação financeira, atividades intimamente ligadas ao crescimento industrial e à urbanização. Em 1975 a indústria de transformação torna-se ainda mais importante para o setor secundário, mas ao contrário de 1960, altera também seu perfil: ocorre uma acentuada queda na participação dos produtos alimentares e de madeira e em contrapartida, um crescimento da produção de bens intermediários.

O dinamismo do setor industrial a partir de 1960 pode também ser constatado por suas elevadas taxas de crescimento (Tabela 2.02), superando inclusive, aquelas que se verificaram para a indústria nacional. Entre 1960 e 1970, a indústria capixaba cresceu a 24,8% ao ano e entre 1970/

75 a 21,9% a.a. em completo constraste com as taxas de crescimento do produto no setor primário, que chegou a ser negativo no primeiro período e apenas 3,1% a.a. na fase seguinte.

Um outro elemento de análise, embora menos transparente do que os índices anteriores, pode ainda ser utilizado para demonstrar e confirmar as mudanças setoriais verificadas na economia estadual: a população economicamente ativa (Tabela 2.03). Assim observa-se nos 20 anos (de 1960 a 1980) que a PEA do setor primário esteve praticamente estagnada, embora ainda represente um percentual de 34,8% em 1980, que pode ser considerado elevado quando confrontado com a participação do setor na renda total. O setor secundário que empregava apenas 5,7% da PEA estadual em 1960, representa em 1980, 21,8% do total, crescendo quase 08 vezes no período. O setor terciário, em decorrência do processo de industrialização e urbanização também apresentou um crescimento significativo da PEA nesse período.

O quadro comparativo exposto até aqui, suscita algumas questões acerca do rápido processo de modernização da **economia capixaba** nas três últimas décadas. Ou seja, como uma economia **essencialmente agrícola** e estruturada na base de pequena produção familiar torna-se, num curto espaço de tempo, uma economia altamente industrializada e urbana?

As explicações normalmente recaem sobre os efeitos da política de erradicação dos cafezais, que trouxe a desestruturação do trabalho familiar agrícola e ao mesmo tempo não proporcionou condições objetivas suficientes para a permanência deste contingente populacional no campo. Sendo assim, ao se desestruturar a produção camponesa ocorre o êxodo rural, a concentração fundiária, o inchamento das cidades, etc e, por ter sido um dos estados mais atingidos pela política de erradicação, sua economia entrou em profunda estagnação, sem qualquer perspectiva de recuperação a curto prazo - principalmente considerando-se o peso do setor primário na geração da renda, direta ou indiretamente. Diante desta situação, criou-se no Estado um aparato institucional no sentido de promover a retomada do crescimento econômico, e em particular, do crescimento in

dustrial.

Esta visão contém o necessário para uma adequada explicação da modernização da economia estadual, tendo discutido até o limite as causas imediatas da erradicação do café e da adoção do apoio institucional: a queda dos preços internacionais do café e a estagnação da economia no pós erradicação. Discutiu também exaustivamente as consequências daquelas medidas sobre a economia como um todo, isto é, a decadência da agricultura, o crescimento industrial, a urbanização descontrolada, etc. Falta, entretanto, uma visão melhor articulada para os fenômenos acima apontados.

A erradicação dos cafezais e os incentivos fiscais se inserem no movimento da economia brasileira, mais particularmente, no momento em que o país atinge os estágios superiores do desenvolvimento capitalista, que consiste na implantação de setor produtor de bens de produção (bens de capital e produtos intermediários) no território nacional.

A existência destes setores na economia brasileira garante, e internaliza, as condições de reprodução da economia e confere, a partir deste momento, um caráter inerentemente cíclico. A implantação destes setores completa a transição da economia brasileira - que na verdade é o resultado do crescente poderio da economia paulista - para a fase industrial. Daquele momento em diante, a agricultura muda de papel, passa a atuar como fornecedora de alimentos e matérias-primas para a indústria e, ao mesmo tempo, constitui-se como amplo mercado consumidor dos produtos industriais. A esta nova articulação agricultura-indústria dá-se o nome de complexo agroindustrial, onde a agricultura, crescentemente, passa a atuar como um ramo da indústria, ou seja, a sua dinâmica passa a estar condicionada à acumulação de capital ao nível da indústria, que agora submete, direta e indiretamente, toda a economia. Torna-se sem sentido a clássica divisão da economia em setores primário, secundário e terciário. A rigor, agora tudo é setor secundário.

É neste contexto que deve-se entender a problemática da industrialização capixaba. A erradicação dos cafezais insere-se, particularmente, na

modernização da agricultura, e a adoção dos incentivos fiscais, constitui a nível nacional, um instrumento de política industrial, visando a integração do parque industrial através da produção, na periferia, de produtos intermediários necessários ao avançado estágio em que se encontra a industrialização brasileira. Assim, a industrialização de alguns estados da periferia - tendo o Espírito Santo constituído-se como um exemplo extremo - representa o **transbordamento** da economia brasileira em busca dos pré-requisitos materiais para a sua reprodução. Os incentivos fiscais têm o estratégico papel de tornar a periferia do país em espaço apto a acumulação do capital, particularmente naqueles ramos produtores de insumos indispensáveis ao parque industrial brasileiro.

Este movimento geral de ocupação dos espaços manifesta-se evidentemente, de maneira diferenciada em cada **região** periférica. Aqueles estados que tiveram uma prévia acumulação de capital - ligada a economia local - e aqueles que têm certas potencialidades físicas, tais como, adequada localização com relação ao mercado interno e/ou externo, elevado potencial mineral e agrícola, etc, acabam desempenhando papéis mais claros na divisão **inter-regional** do trabalho. Assim, se explica os diferentes perfis assumidos pelos diversos Estados da periferia, ainda que todos tenham sido igualmente influenciados pela última etapa da industrialização brasileira.

2.2. A ERRADICAÇÃO DO CAFÉ E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A importância da cafeicultura na economia capixaba foi acentuada a partir de fins dos anos quarenta e durante a década de cinquenta, devido ao extraordinário crescimento dos preços internacionais e do plantio do produto.

Os preços médios de exportação do café (Tabela 2.04), passaram de US\$ 16,18 por saca de 60 Kg em 1945, para US\$ 58,34 e US\$ 86,83, respectivamente em 1950 e 1954. Portanto, no período de 10 anos os preços aumentaram 4,3 vezes. Isso, evidentemente, fomentou a expansão do plantio de novas lavouras, o que elevou o número de cafeeiros (Tabela 2.05) de 257,2 milhões de pés em 1940 para 359,2 e 447,6 milhões, respectivamente, em 1950 e 1960. Desta forma, entre 1940 e 1960, houve um crescimento de 74% do número total de cafeeiros. Também a produção cafeeira passou por grande expansão tendo as safras médias aumentado de 1,5 milhões de sacas no triênio 1942/44 para 2,3 milhões no triênio 1960/1962, o que correspondeu a um crescimento de 53%.

Essa euforia cafeeira não se circunscreveu aos limites geográficos do Espírito Santo, mas atingiu todas as regiões cafeeiras do país. Nos demais estados, inclusive, a cafeicultura atingiu os seus mais expressivos índices de expansão. Com isso ampliou-se de forma significativa a capacidade produtiva e verificou-se a ocorrência de extraordinárias safras anuais, cujas produções eram bem superiores à capacidade de absorção do mercado consumidor. A superprodução converteu a euforia em grave crise, e os preços internacionais do produto tiveram quedas espetaculares a partir de 1955. Neste ano registrou-se uma queda de 29% e no ano de 1959 o preço médio correspondeu a apenas 48% do preço de 1954, o que representou uma queda de 51,7%.

Essa crise de superprodução e preços, pela qual a cafeicultura capixaba teve pequena responsabilidade, pois representava pouco mais de 10% da produção nacional, afetou de forma profunda toda a economia estadual. A manifestação mais evidente da crise era, sem dúvida, a redução acentuada da renda monetária das atividades diretamente ligadas ao café (produção, financiamento, comercialização interna, exportação, beneficiamento, etc) e também daquelas que dependiam indiretamente do comportamento da cafeicultura, principalmente o comércio de importação.

No entanto, a queda dos preços tenderia a afetar particularmente, a **eco**nomia capixaba, pois como foi dito anteriormente, a estrutura produtiva estava fundamentada na pequena produção familiar, produzindo parte fundamental dos itens básicos de alimentação e poderia alterar hábitos de consumo com a substituição de produtos comprados no mercado por aqueles produzidos na propriedade. Essa pequena produção familiar, como se verá mais adiante, irá repercutir, de forma negativa sobre o processo de substituição de culturas e de mudanças na estrutura produtiva. Esperava-se por isso, que não havendo interferências exógenas, ocorresse apenas uma grande redução da renda interna estadual que redundaria em retardamento do processo de acumulação.

No entanto, devido à enorme repercussão da crise cafeeira sobre o balanço de pagamentos e a economia nacional foi adotada, no início dos anos 60, uma nova orientação para a política cafeeira e, portanto foi necessário a criação de um órgão encarregado de planejar a produção. Criou-se, em outubro de 1961, o **GERCA** - Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura, cuja tarefa fundamental era executar uma política cafeeira, onde o esforço principal se dirigia para redução das super-safras através do planejamento da produção. Em 1962 foi elaborado o Plano Diretor do **GERCA**, que tinha três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais anti-econômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais.

Dessas três diretrizes, a promoção da erradicação dos cafezais foi a mais bem sucedida, tendo inclusive se transformado na peça básica da nova política cafeeira. As demais diretrizes não chegaram a ter consequências significativas.

A nova política cafeeira, também chamada de política de erradicação dos cafezais, se constituiu na interferência de caráter exógeno, que veio modificar tanto os efeitos da crise como a própria estrutura produtiva da **economia capixaba**.

Vejamos as consequências da política de erradicação em comparação com os demais estados produtores.

O programa de erradicação foi implementado em duas fases. A primeira no período de julho/1962 a julho/1966, durante o qual foram erradicados 723,5 milhões de pés. A segunda, entre agosto/1966 e maio/1967, quando foram erradicados 656 milhões de pés.

O programa atingiu todas as áreas produtivas do país, mas algumas delas tiveram proporcionalmente um número maior de pés erradicados, como foi o caso do Espírito Santo (Tabela 2.06).

Enquanto nesse Estado foram erradicados 53,8% dos cafezais que ocupavam 71% da área total cultivada com café, nos demais estados produtores - Minas Gerais, São Paulo e Paraná - essas proporções foram respectivamente de 33,26%, 26,0% e 28,4% dos cafeeiros e 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas. Por isso, embora a cafeicultura capixaba possuísse em 1961, apenas 13% do número total de cafeeiros existentes no Brasil, a erradicação realizada no Espírito Santo representou 22% do total de cafeeiros e 20,1% da área cultivada.

Esses números evidenciam que a **economia capixaba** foi a mais profundamente atingida pelo programa de erradicação, o que pode ser explicado basicamente pelo fato da cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser em sua maior parte anti-econômica. Isso se verificava porque as condições gerais em que se realizava a cafeicultura eram extremamente precárias.

Tanto contribuíam as condições naturais de clima e relevo que eram pouco favoráveis, como também a pequena capitalização e a quase inexistente aplicação de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto.

Desta forma, obtinham-se baixos níveis de produtividade e tipos baixos de café, que não eram muito próprios à exportação.

Assim, pareceria, até certo ponto, natural o Espírito Santo sofrer uma erradicação proporcionalmente maior, na medida em que a política visava exatamente erradicar os cafeeiros anti-econômicos.

Por outro lado, se esse parece ser o aspecto mais relevante, a significativa indenização oferecida pelo GERCA por cova erradicada **vis a vis** a pequena produtividade e lucratividade da cafeicultura, deve ter assumido aos olhos dos cafeicultores o papel de um negócio mais atraente e rentável do que a manutenção da planta e a colheita do produto.

O resultado foi que a política de erradicação implementada com o objetivo de controlar a crise cafeeira de superprodução, afetou de forma profunda a **economia capixaba** num duplo sentido. Por um lado, criou uma crise social de grandes proporções e por outro veio **libertar** ou **desimobilizar** os ativos representados pelos cafeeiros, que assumiram forma líquida através da indenização financeira do GERCA.

A crise social gerada pela erradicação é o aspecto mais ressaltado e se expressou de forma dramática na substancial redução da renda e do emprego o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de expulsão da população do campo para as áreas urbanas. Estima-se que tenha ocorrido o desemprego de 60.394 pessoas, o que considerando-se uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter a crise afetado aproximadamente 240.000 pessoas sendo que boa parte dessas migraram para as cidades (Tabela 2.07).

Os efeitos sociais negativos eram previstos pelos órgãos executores do programa de erradicação, motivo pelo qual eram desenvolvidos simultaneamente programas de estímulo à diversificação da produção agrícola e à realização de novos plantios nas áreas liberadas. A diversificação objetivava principalmente ocupar a força de trabalho desempregada e aumentar a produção de alimentos.

Entretanto, não se obteve sucesso em termos de diversificação, o que pode ser atribuído à inexistência de uma política agrícola mais ampla capaz de garantir bons níveis de rentabilidade à produção de alimentos. A diversificação agrícola foi pouco significativa em praticamente todos os estados cafeeiros, tendo sido, ao contrário, relevante a ocupação das áreas liberadas por pastagens/pecuária. Principalmente nas regiões onde predominava a pequena produção familiar tornou-se mais expressiva a substituição do café pela pecuária.

No caso de São Paulo, cuja agricultura capitalista já apresentava significativa diversificação e vitalidade, foi mais acentuada a expansão de outras lavouras, tendo a pastagem/pecuária ocupado apenas 27% da área total liberada. Ao contrário, no Espírito Santo as pastagens/pecuária ocuparam 70% da área, o que sem dúvida muito contribuiu para agravar a crise social, uma vez que esta atividade absorve contingente pouco expressivo de força de trabalho (Tabela 2.08).

Do ponto de vista da geração de renda a situação também tornou-se dramática, pois de uma safra média de 2,3 milhões de sacas de café no período 1957/1962 verificou-se uma redução para 1,1 milhões de sacas no período de 1969/1974.

A política de erradicação, de um lado, reduziu o emprego agrícola forçou a migração para áreas urbanas, condenando um grande contingente de pessoas a viver em condições subumanas nas favelas dos grandes aglomerados. Mas, de outro lado, através da indenização paga por cova erradicada possibilitou a **libertação** do capital ou **desimobilização** dos ativos representados pelos cafeeiros. Assim, os cafeeiros assumiram liquidez plena, tendo a massa de recursos da indenização atingido no Espírito Santo, a cifra de 70 bilhões de cruzeiros a preço de agosto de 1966 (Tabela 2.09).

Esse capital inicialmente deve ter sido distribuído de forma pulverizada entre milhares de pequenos proprietários que procederam à erradicação de seus cafezais. Porém, posteriormente, deve ter se concentrado em

poder de poucos capitalistas que eram favorecidos pelos diversos mecanismos de centralização do capital (estruturas do comércio, sistemas bancários, etc.) existentes na economia.

De qualquer forma, estando os recursos de posse de pequenos ex-agricultores ou de capitalistas, certamente eles foram aplicados em atividades alternativas, tanto na agricultura como nos demais setores da economia, principalmente em pequenos negócios comerciais e industriais. Assim, a política de erradicação veio possibilitar a expansão de outras atividades alternativas à cafeicultura, tanto porque forneceu uma parcela de capital necessário como também fomentou o crescimento do mercado consumidor local.

Dentre as muitas atividades que se expandiram após a crise da cafeicultura, destacaram-se pela grande importância que assumiram, a extração madeireira e a pecuária bovina. Ambas tiveram como suporte um intenso processo de apropriação e ocupação das terras devolutas existentes na região norte do Estado. A ocupação dessa região iniciou-se na década de 20 e continuou lentamente até meados dos anos 50, mas a partir da crise da cafeicultura esta ocupação tornou-se mais acelerada. Na década de 60 esse processo de ocupação foi ainda rápido, certamente devido ao incremento do mercado de terras que se verificou com a injeção dos recursos de indenização do IBC/GERCA.

A exploração madeireira apresentava-se como um negócio altamente rentável devido ao acelerado crescimento urbano do país, principalmente nos estados vizinhos, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse crescimento urbano exigia uma quantidade significativa de madeira, tanto para a indústria de mobiliário como para o próprio setor da construção civil. Diante do esgotamento das reservas florestais desses estados, o Espírito Santo apresentava-se como a alternativa de abastecimento mais viável posto que encontrava-se em posição estratégica em termos de proximidade do mercado consumidor.

No período entre a erradicação dos cafezais e meados da década de 70 a produção de madeira atingiu o seu auge. A produção anual média de madeira em toras que no triênio de 1952/1954 foi de 79,6 mil m³, passou a 169,4 mil m³ em 1955/1957, com um crescimento de 112,8%. Em 1967/1969 atingiu 344,1 mil m³ e 1973/1975 atingiu 317,2 mil m³, a partir de quando entrou em franco declínio. Da mesma forma, se comportou a produção de lenha que passou de 357,9 mil m³ no triênio 1952/1954 para 1.068,3 mil m³ em 1952/1957. No triênio 1967/1969 1.696,2 mil m³, tendo declinado rapidamente a partir de 1976/1977 (Tabela 2.10).

Também os dados da exportação de madeira evidenciam a aceleração do crescimento da atividade, pois de um índice de 100 em 1935/1937 passou a 128,8 em 1953/1955 e 161 em 1956/1958. No período subsequente cresceram mais ainda as exportações, tendo o índice sido de 236,7, 270,7 e 272,6, respectivamente nos triênios 1959/1961, 1962/1964 e no ano de 1965 (Tabela 2.11).

A extração de madeira, portanto, constituiu-se em importante alternativa de emprego para a força de trabalho e de aplicação do capital liberado pela erradicação dos cafezais. Além disso, possibilitou o desenvolvimento da atividade de beneficiamento da madeira, o que teve importante repercussão sobre o setor industrial.

Uma outra atividade do setor primário que teve grande expansão durante o período da crise cafeeira foi a pecuária bovina, em particular, a pecuária de corte. Essa atividade, sem dúvida, tal como a exploração da madeira, teve seu crescimento ligado à expansão do mercado urbano, tanto nos estados vizinhos como o do próprio Estado do Espírito Santo (Tabela 2.12).

Por outro lado, também parece ser relevante para explicar seu crescimento o fato de que é uma das formas menos onerosas de ocupar extensas e até mesmo pequenas áreas de terras, posto que emprega relativamente pouca força de trabalho e os animais se reproduzem naturalmente.

Essa atividade até 1950 tinha pouca importância para a **economia capixaba** apresentando-se mais como produção de subsistência, pois naquele ano contava apenas com um total de 464 mil cabeças, o que fornecia uma média de 10,5 cabeças por estabelecimento. Da mesma forma a área de pastagem era pouco significativa, representando apenas 23,1% da área total dos estabelecimentos rurais.

Entretanto, já na década de cinquenta observou-se uma aceleração da expansão, tanto da área de pastagens como do rebanho bovino. A área de pastagens passou a representar 29,2% da área dos estabelecimentos rurais e o rebanho bovino aumentou para 653,8 mil cabeças, tendo crescido à taxa de 3,5% para o conjunto do Estado e à taxa de 7,8% na região norte, fronteira em expansão, onde se processava a ocupação das terras e a exploração madeireira. Essa tendência registrada na década de cinquenta foi mantida entre 1970 e 1975, tendo-se inclusive acelerado mais ainda o crescimento da pastagem pecuária.

Na década de 60, a área de pastagens aumentou de 842,6 mil ha (29,2% da área dos estabelecimentos) para 1.829,9 mil ha, (48,7% da área total dos estabelecimentos). É importante destacar que neste período houve a incorporação de 870 mil ha de novas terras que correspondem principalmente aos novos estabelecimentos criados na região norte do Estado. Por outro lado, a erradicação dos cafezais liberou no período uma área total de 299,4 mil ha, cuja maior parcela (70,1%) foi ocupada por pastagens. Assim, as pastagens além de ocuparem a maior parte da área liberada pela erradicação, ocuparam também uma área equivalente a 89,3% das novas terras de fronteiras incorporadas.

Da mesma maneira comportou-se a pecuária, pois a taxa anual de crescimento do rebanho aumentou de 3,5% na década anterior para 7,8% na década de sessenta, tendo novamente a região norte apresentado um extraordinário crescimento com uma taxa de 16,6% (Tabela 2.12).

No período entre 1970 e 1975 reduziu-se substancialmente o ritmo de crescimento da incorporação de novas terras, mas a expansão da área de pastagens prosseguiu crescendo mesmo que a um ritmo mais lento, tendo representado no final do período, 55,5% da área total dos estabelecimentos rurais. A pecuária ao contrário, teve o rebanho ampliado a taxas mais elevadas em todas as regiões. Para o conjunto do Estado a taxa de crescimento foi de 8,7%, na região norte reduziu-se para 10,1 e nas demais regiões - a centro e a sul - que haviam sido, na década anterior, de 2,9% e 3,6% passaram a 8,0% e 6,0%. Com isso a pecuária bovina tornou-se mais intensiva, tendo a relação cabeças de gado por estabelecimento aumentado para 34,5.

No conjunto, entre 1960 e 1975, a área de pastagem cresceu 152,8%, enquanto a área de lavoura foi reduzida em 11,3%. Essa extraordinária expansão da pecuária esteve associada a uma multiplicidade de fatores. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a agricultura estadual apresentava um ciclo histórico natural, onde procedia-se ao desmatamento para em seguida plantar-se o café, que, após o seu período de vida produtiva era substituído por pastagens/pecuária. Assim, formava-se o ciclo mata-café-pastagens. Esse ciclo era determinado, por um lado, pela grande disponibilidade de terras que garantia à cafeicultura áreas virgens e férteis para sua reposição e ampliação e, por outro, pelos métodos arcaicos e depredadores utilizados na lavoura cafeeira, que exauriam com grande rapidez os elementos orgânicos e a fertilidade natural do solo, tornando-o pouco apto a novos plantios. Isso, sem dúvida, constituiu um fator natural de expansão da pecuária, uma vez que a atividade, diante do esgotamento do solo, apresentava-se praticamente como a única alternativa de substituição.

Entretanto, o enorme crescimento da pecuária não poderia ter decorrido apenas desse fator. Outros dois fatores assumiram um papel decisivo na expansão da pecuária.

Primeiramente, deve ter sido de grande importância o crescimento do mercado consumidor urbano do Espírito Santo e dos estados vizinhos, nas décadas de cinquenta e sessenta. Por outro lado, a crise de preços do café e a própria política de erradicação dos cafezais trouxeram em seu bojo mecanismos que estimularam a pecuária. Primeiro porque a redução dos preços do café desestimulava a cafeicultura e na medida em que as outras lavouras não se apresentavam como alternativas lucrativas devido a seus baixos preços, a pecuária aparecia como a atividade menos onerosa e certamente a mais rentável. No mesmo sentido veio influenciar a erradicação dos cafezais com a liberação de grande área de café, que foi majoritariamente ocupada por pastagens. Isso, inclusive foi facilitado pela política de diversificação do IBC/GERCA, que na segunda fase do programa de erradicação, forneceu estímulos financeiros para a formação de pastagens destinados à pecuária leiteira e de corte.

Também veio a favorecer a expansão da pecuária, a partir de 1967, a priorização que o IBC/GERCA estabeleceu com relação ao seu apoio, em termos de financiamento, a indústria de abate de bovinos e de laticínios, o que possibilitou a ampliação da capacidade de processamento industrial.

Deve-se lembrar ainda, do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que abrangeu áreas contíguas dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia e foi implementado no início dos anos setenta. No Espírito Santo beneficiou cerca de 20 municípios, incluindo toda a região norte, e envolveu a aplicação de aproximadamente 23 bilhões de cruzeiros a preços da época.

É interessante observar que, nesse período, verificou-se o rompimento do tradicional ciclo da agricultura capixaba mata-café-pastagens. Nesse ciclo, o elemento determinante era o café cujas necessidades de reposição e expansão forçavam o desmatamento de áreas virgens para o seu plantio. Posteriormente, quando a terra se encontrava exaurida de seus elementos orgânicos, o café cedia espaço para as pastagens.

O novo ciclo instituído tornou-se mais curto e resumiu-se a mata-pastagens. O fator determinante nas novas condições não era mais o café, mas a atividade de extração de madeira. A imensa área de novas terras apropriadas na região norte do Estado, não teve no café o fator determinante, visto que o produto vivia uma grave crise de preços se apresentava como atividade compensatória. Por outro lado, a exploração madeireira aparecia como um dos mais rentáveis negócios, passando a ser a atividade principal e determinante do desmatamento. E uma vez realizado o desmatamento a terra encontrava-se nua sem que a lavoura cafeeira a ocupasse. Nessas condições, mesmo que a pecuária não permitisse bom nível de lucratividade, ela apresentava-se como a melhor forma de ocupação da terra, posto que não envolvia grande mobilização e nem, grande investimento em manutenção do rebanho e mão-de-obra.

A extraordinária expansão da pecuária bovina, ao mesmo tempo em que a cafeicultura vivia prolongada crise, tornou aquela atividade de grande importância para a **economia capixaba**. A pecuária passou também por um processo de modernização, tendo se tornado mais especializada e menos extensiva. Em 1960, apenas 5,9% dos estabelecimentos rurais, que ocupavam 11,5% da área total, tinham a pecuária como atividade predominante. No ano de 1975, esse quadro apresentava-se bastante modificado, sendo aqueles percentuais de 26,5% dos estabelecimentos e 48,1% da área.

De forma diversa, o café, que em 1960 era atividade predominante em 69,9% dos estabelecimentos, que ocupavam 67,4% da área total, reduziu sua participação no ano de 1975, sendo atividade predominante apenas em 34,7% do número de estabelecimentos e 25,6% da área.

Além da pecuária outras culturas apresentaram tendências de crescimento embora não tenha tido grande peso relativo na agricultura estadual. Devemos registrar também, o surgimento de novas atividades o que propiciou uma relativa diversificação.

Se tomarmos, por exemplo, as sete principais lavouras da agricultura caixaba, com exceção do café, vamos verificar que, no período analisado, todas tiveram expansão da área cultivada e do volume de produção. Pode-se observar, também, que essas lavouras não apresentaram aumento relevante de produtividade. O rendimento médio por hectare manteve-se praticamente estagnado na maioria das lavouras, tendo, inclusive declinado em algumas (Tabelas 2.13, 2.14 e 2.15).

O milho e a mandioca, depois da pecuária, foram os produtos que ocuparam maior parcela da área liberada pelo café. O milho teve sua produção média anual aumentada de 79,7 mil toneladas no triênio 1954/1956 para 244,9 mil toneladas em 1972/1974. A área cultivada com o produto também aumentou no período, tendo crescido em 130%, enquanto a produção cresceu 207%, o que demonstra um aumento de produtividade de 37,5%.

A mandioca teve um desempenho menos favorável, tendo aumentado sua área em 107,6% e a produção em apenas 63,1%, enquanto a produtividade manteve-se estagnada, embora tenha apresentado pequenas variações.

O arroz, da mesma forma, teve sua área cultivada aumentada em 183,7% e a produção em 245,8%, enquanto a produtividade apesar de sofrer variações apresentou certa estabilidade.

O feijão, como a mandioca, apresentou um crescimento menos significativo. Sua área cultivada expandiu-se apenas 114,2% e a produção 74%. A produtividade dessa lavoura apresentou um decréscimo de aproximadamente 20%.

A cana-de-açúcar, cuja produção era destinada a fabricação de açúcar, praticamente manteve-se estagnada. Sua área cultivada cresceu apenas 15,2% e a produção somente 25,7%. Registrou-se um pequeno crescimento de produtividade, mas a atividade não apresentou dinamicidade suficiente sequer para suprir o abastecimento do mercado local.

A cultura do cacau teve um crescimento modesto e praticamente nenhum ganho de produtividade.

A banana, ao lado do arroz e do milho, foi uma cultura que teve expressiva expansão da produção, que aumentou em 169,8%.

Entretanto, mesmo essas culturas que tiveram grande expansão, não chegaram a assumir participação expressiva na agricultura capixaba, principalmente em termos de geração de renda. O café, apesar da queda de preços e da erradicação, manteve-se como a principal lavoura isoladamente.

Outras atividades surgiram ao longo da década de sessenta, dentre as quais devem-se destacar a horticultura, a avicultura e a silvicultura. A horticultura em 1960 era atividade predominante em apenas 37 estabelecimentos, que ocupavam uma área de 533 ha. Em 1975, o número de estabelecimentos aumentou para 489 e a área para 10.682 ha, o que correspondia a 0,3% da área total dos estabelecimentos existentes no Espírito Santo. Da mesma forma, a avicultura passou de atividade predominante em 39 estabelecimentos que ocupavam 920 ha, para 232 estabelecimentos, cuja área era de 8.846 ha, em 1975. Essas duas atividades, sem dúvida, tiveram seu crescimento ligado ao incremento da população urbana que se verificou entre 1960 e 1975.

A silvicultura, ao contrário, estava ligada ao processo de crescimento industrial, pois a produção de madeira destina-se à fabricação de celulose e de carvão vegetal. Em 1960, a silvicultura era atividade predominante em apenas 09 estabelecimentos, que ocupavam 398 ha. No ano de 1975, aumentou o número de estabelecimentos para 74 e a área para 142.239 ha, um crescimento de 35.638%. O reflorestamento foi iniciado no Estado a partir de 1967 através da Aracruz Florestal S/A e a Companhia Vale do Rio Doce S/A que aproveitaram-se do incentivo fiscal baseado no imposto de renda, instituído em fins de 1966.

2.3. A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL ATÉ 1975

A **indústria capixaba**, ao iniciar-se a crise da cafeicultura em meados dos anos cinquenta, apresentava-se ainda muito dependente da atividade de beneficiamento de café. A participação do setor industrial na formação da renda interna estadual era muito pouco expressiva, tendo sido de apenas 8,00% em 1950. Relativamente à indústria nacional, sua contribuição era também pouco relevante, pois em 1949 o valor da produção da indústria de transformação do Espírito Santo representou apenas 0,71% do valor da produção da indústria de transformação nacional.

Em 1949 o parque industrial capixaba tinha reduzidas proporções e era muito pouco diversificado (Tabela 2.16). Os quatro principais gêneros - produtos alimentares, madeira, têxtil e minerais não metálicos - representavam 92,18% do valor da produção da indústria de transformação. Além disso, o gênero de produtos alimentares, isoladamente, era responsável por 76,69% do valor da produção industrial. O subgênero de beneficiamento, torrefação e moagem de cereais, onde destacava-se o beneficiamento do café, contribuía com 60,9% para a formação do valor da produção do setor industrial.

A indústria de transformação era caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos cujo tamanho médio (número de operários por estabelecimento) era bastante reduzido. Em 1949, no Espírito Santo, o número médio de operários por estabelecimento foi de apenas 3,8 enquanto esta mesma relação média para o Brasil atingiu 13,3, praticamente o triplo (Tabela 2.17).

Essa estrutura industrial, caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos e por grande dependência do café, inevitavelmente teria que ser atingida de forma profunda pela crise de preços que se abateu sobre a cafeicultura. Assim, tal como ocorreu no setor agrícola, verificou-se uma substancial redução do valor da produção do gênero de produ

tos alimentares, que acabou tendo reflexos sobre o valor da produção do próprio setor industrial. Na década de cinquenta, o primeiro apresentou taxa negativa de crescimento de 6,62%. O setor industrial como um todo também teve uma taxa de crescimento negativa, que entretanto foi bem mais reduzida - 1,25%. Essa queda menos acentuada do setor deveu-se ao bom desempenho da quase totalidade dos demais gêneros, que apresentaram taxas positivas de crescimento. (Tabelas 2.18 e 2.19).

No final dos anos cinquenta, o subgênero de beneficiamento, torrefação e moagem de cereais apresentou uma participação relativa na produção industrial bastante reduzida, em torno de 16,6%, enquanto em 1940 foi de 60,9%. Isto sem dúvida, deveu-se quase que exclusivamente à queda acentuada dos preços do café que chegou inclusive a afetar o desempenho do setor industrial em conjunto.

É interessante observar que na década de cinquenta o setor industrial teve seu desempenho afetado pela crise do preço do café, mas, por outro lado, passou a receber os impactos positivos de projetos industriais importantes, que foram instalados sob a inspiração do Plano de Metas.

É relevante o fato de que ao mesmo tempo em que teve início a crise da cafeicultura, foi iniciado também um novo ciclo de expansão do investimento industrial a nível nacional, cujo comando coube ao Estado e foi realizado entre 1956/1961.

A política desenvolvimentista do Plano de Metas, que objetivava a consolidação da base produtiva da indústria nacional, acabou tendo repercussões positivas sobre o parque industrial capixaba.

Entretanto, os projetos implantados só entraram em operação no início dos anos sessenta e, portanto, somente vieram a ter reflexos sobre o crescimento industrial desta década. Dois projetos se destacaram pelo tamanho que apresentaram. O da Companhia Ferro e Aço de Vitória - COFAVI (300.000 ton/ano de laminado), que começou a operar em 1963 e o

da Itabira Agro-Industrial S/A (fábrica de cimento) que também entrou em operação na primeira metade dos anos sessenta. Ambos os projetos pertenciam ao setor da indústria de base de produção de bens intermediários e estavam dentro de áreas prioritárias de investimento determinadas pelo Plano de Metas.

Em função da entrada em operação da COFAVI o gênero metalurgia, que em 1959 representava apenas 3,14% do valor da produção industrial, passou, em 1970, para 9,96%, apresentando uma taxa de crescimento de 27,59% a.a., uma das mais elevadas do período, tendo sido bem superior à taxa de crescimento do setor industrial. Com isso, a metalurgia que era o sexto mais importante gênero em valor da produção, subiu para a terceira posição sendo superado apenas por produtos alimentares e madeira.

O gênero de minerais não metálicos, além do cimento, englobava a produção de vários outros produtos, em geral destinados à indústria de construção civil, que também tiveram um bom nível de expansão decorrente da acelerada urbanização verificada na década de sessenta. Assim, o gênero, que representava, em 1959, 7,44% do valor da produção industrial, teve sua participação aumentada para 9,75% em 1970, em função da taxa de crescimento de 17,75% a.a.

Os dois gêneros, que, tanto em 1959 como em 1970, apareceram em primeiro e segundo lugares em valor da produção, apresentando elevadas taxas de crescimento, tiveram sua expansão determinada mais diretamente por políticas específicas de apoio à industrialização implementadas a partir de 1967, após a erradicação dos cafezais.

O gênero de madeira, que sempre esteve entre os quatro principais, teve na década de sessenta uma taxa de crescimento de 15,1% a.a., o que elevou sua participação relativa a 21,20% do valor da produção do setor industrial. Esse gênero, que era o segundo mais importante em valor da produção, detinha, no entanto, o primeiro lugar em geração de emprego, tendo em 1959, empregado 1/4 do total de operários da indústria de transformação, o que em 1970 foi elevado para 33,2%.

O outro gênero - produtos alimentares - sempre deteve o primeiro lugar em valor da produção com elevada participação da atividade de beneficiamento do café. Em função disso, o gênero apresentou taxa de crescimento negativa de 6,62% a.a. na década de cinquenta, quando registrou-se acentuada queda de preços do café. A década de sessenta, no entanto, contrastou de forma profunda com a década anterior, tanto porque a taxa de crescimento do gênero foi positiva e elevada, 14,03%, como porque verificou-se uma grande diversificação no interior do gênero, com a consequente redução do peso relativo do beneficiamento do café.

Além desses quatro gêneros citados, que representavam em 1970, 81,36% da **indústria capixaba** e tiveram taxas de crescimento bastante elevadas, devemos destacar outros dois gêneros, cujas participações relativas eram bem menos significativas mas superavam a 2%.

Os gêneros tradicionais de bebidas, têxtil, mobiliário, vestuário e calçados e dois outros não tradicionais que apenas começavam a surgir no Espírito Santo, somados aos quatro maiores representavam 96% do valor da produção do setor industrial.

Os gêneros tradicionais, com exceção do têxtil, eram constituídos por pequenos estabelecimentos e tiveram no período taxas de crescimento superiores a 11%. O têxtil ao contrário, era formado por grandes fábricas, e sua produção não se destinava apenas ao atendimento do mercado local como a dos demais, mas cresceu à taxa de apenas 6,2%.

Material de transporte e química, gêneros não tradicionais, que praticamente surgiram na década de sessenta, apresentaram as elevadíssimas taxas de crescimento de 43,4% e 51,0%, respectivamente. No primeiro destacava-se a atividade de reparo de máquinas ferroviárias, navais e de terraplanagem, enquanto no segundo aparecia a produção de rações balanceadas e fertilizantes.

Em resumo, a indústria de transformação no Espírito Santo apresentou uma grande vitalidade na década de sessenta, o que se refletiu na elevada taxa anual de crescimento de 14,89%. Foi significativo também o fato do crescimento acelerado ter se verificado em praticamente todos os gêneros, tanto naqueles tradicionais como naqueles que vieram a surgir na década. Entretanto, apesar da grande expansão, foram pouco expressivas as alterações da estrutura industrial, pois os pequenos estabelecimentos continuaram a ser predominantes. O tamanho médio do estabelecimento, praticamente não se modificou, tendo passado de 4,56 para 4,8 operários por estabelecimento.

Por outro lado, a diversificação industrial também foi pouco relevante. A rigor, o que se verificou foi a expansão dos gêneros tradicionais e o surgimento de novos gêneros, que em sua quase totalidade não chegaram a assumir papel de destaque durante a década de sessenta. Em 1959 os seis principais gêneros representaram 86,92% do valor da produção do setor industrial e em 1970 os mesmos seis gêneros, representavam 87,29%, praticamente o mesmo percentual. O grupo dos seis principais teve a mesma composição nos dois momentos, tendo apenas se verificado grande perda de participação relativa do gênero têxtil e uma extraordinária expansão da metalurgia, o que decorreu, como já vimos, da instalação da nova unidade de laminação da COFAVI.

O grande dinamismo da **indústria capixaba** verificado na década de sessenta esteve associado a diversos fatores determinantes. O primeiro foi a implementação da política desenvolvimentista do Plano de Metas que teve importantes repercussões ao nível do investimento industrial. Em segundo lugar, foi relevante também o fato de que a decadência da cafeicultura, devido à crise dos preços e à erradicação, tornou a atividade pouco atrativa e abriu espaço para a expansão de atividades alternativas, principalmente a exploração da madeira e a pecuária bovina. Um terceiro fator determinante decorreu da acelerada expansão dos mercados consumidores urbanos, do Espírito Santo e dos estados vizinhos, o que possibilitou aumento significativo do consumo de bens industriais simples, que a indústria local tinha condições de produzir.

Além desses fatores, foi decisivo o apoio financeiro a agroindustrias, dado pelo IBC/GERCA, Governo do Estado e BNDES. De 1967/1969, dos recursos alocados por diversas fontes, destacou-se o IBC/GERCA com 72%, Governo Estadual, com 13,4% e o BNDES com 8,07%. Observa-se a supremacia do IBC/GERCA no fornecimento dos recursos, o que se deveu à prioridade dada ao Espírito Santo por aquele órgão, que alocou no Estado 24% do total de recursos do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Caffeiras.

INCENTIVOS FISCAIS

A partir de 1970 com a entrada em operação do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A e do GERES/FUNRES - Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo/Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, instituídos em fins de 1969, o setor industrial ganhou um novo mecanismo de apoio, o incentivo fiscal, criado pelo DL-880 e pela Lei 2.469, que aportavam recursos sob a forma de participação societária e financiamento. O sistema GERES entre 1970 apoiou 40 projetos industriais, sendo 10 de ampliação e 30 de implantação, concentrando-se principalmente nos gêneros de produtos alimentares, minerais não metálicos, metalurgia e têxtil, cujas participações relativas no total aplicado até 1973 foram, respectivamente, de 37,77, 20,72, 7,51 e 7,39%.

Alguns dos projetos iniciados em fins dos anos sessenta só vieram a ser concluídos na década seguinte, além do que vários passaram por processo de expansão e outros novos projetos foram instalados, quase sempre dentro dos mesmos gêneros tradicionais, o que permitia ao setor industrial manter a mesma dinamicidade da década anterior na primeira metade dos anos setenta.

Entre 1970 e 1975 a indústria de transformação confirmou uma elevada taxa anual de crescimento de 17,7% e sua expansão, basicamente, manteve as mesmas tendências e características verificadas no período anterior.

Em síntese, a indústria de transformação, que teve uma taxa negativa de crescimento na década de cinquenta, principalmente devido a crise do café, mudou completamente o seu comportamento entre 1959 e 1975. A taxa anual de crescimento no período foi superior a 15%, tendo ocorrido grande expansão em praticamente todos os gêneros, embora não se tenha verificado substantiva diferenciação da estrutura industrial. É importante ressaltar também, que a expansão industrial desse período foi comandada pelos pequenos capitais locais, que se utilizaram largamente dos benefícios da política oficial de apoio ao setor industrial.

Finalmente, devemos observar o comportamento da indústria extrativa mineral, que também apresentou grande dinamismo entre 1960 e 1975, principalmente em função do crescimento da atividade de extração do mármore e da implantação e operação das duas principais usinas de pelotização de minério de ferro da CVRD. Essas duas usinas, com capacitação nominal de produção de dois e três milhões de toneladas/ano de pellets, foram inauguradas, respectivamente, em 1969 e 1973. A indústria extrativa mineral cresceu à taxa anual de 26,3% entre 1959 e 1975.

INFRA-ESTRUTURA

Ao lado da extraordinária expansão do setor industrial no período 1956/1975, verificou-se no Espírito Santo um enorme esforço de investimento, que visou a criação de infra-estrutura para o desenvolvimento.

Tanto o Governo Federal como o Estadual fizeram grandes investimentos, objetivando afastar os entraves representados pelas precariedades dos sistemas de transporte, de abastecimento energético e de comunicação.

Já na década de cinquenta, durante a execução do Plano de Metas, foram construídas duas importantes usinas de geração de energia elétrica. A de Rio Branco, inaugurada em 1960, possuindo uma capacidade de geração de 16.800 KW. No mesmo ano foram iniciadas as obras da Usina de Suíça, que foi concluída em 1965, com capacidade geradora de 30.000 KW.

Em meados de 1968 a ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, foi federalizada passando ao controle da ELETROBRÁS. A nova ESCELSA viabilizou a construção da mais importante unidade de geração, Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, que foi inaugurada em março de 1974. Esta nova usina acrescentou 115.500 KW à capacidade geradora da empresa.

Na primeira metade dos anos setenta foi concluído o programa de conversão de frequência para 60 hz e foi iniciada a interligação do sistema elétrico do Espírito Santo com o do Centro-Sul, que veio a ser concluído até o final da década.

A construção das três unidades de geração mais a interligação, resolveu de forma definitiva o problema do abastecimento de energia elétrica, posto que tornou-se possível o fornecimento de outras fontes geradoras do país.

No que diz respeito ao sistema de transporte, é importante observar que em meados da década de cinquenta o Espírito Santo vivia em condições de quase total isolamento das demais regiões do país. Havia grande precariedade das rodovias e das ferrovias, sendo as últimas já bastante obsoletas e inexistindo rodovias pavimentadas.

Entretanto, já em 1960 encontrava-se construído e pavimentado o trecho da BR-101, da divisa com o Estado do Rio de Janeiro até a capital do Espírito Santo. Em 1969, esta rodovia era inaugurada, cortando todo o Estado, no sentido Sul-Norte, até a divisa com a Bahia.

A segunda grande rodovia construída foi a BR-262, que corta o Espírito Santo no sentido Leste-Oeste, ligando Vitória a Belo Horizonte. Suas obras também foram concluídas em fins dos anos sessenta.

A terceira grande rodovia, a BR-259, tem o mesmo sentido da BR-262 e liga a BR-101 (João Neiva), passando por Colatina, à BR-040 em Minas Ge

rais. Esta rodovia que foi construída em fins dos anos sessenta e início da década de setenta, tem grande significado econômico, pois atravessa uma das mais importantes regiões cafeeiras do Estado, ligando-a a Capital.

O grande crescimento das rodovias federais pavimentadas foi acompanhado por significativa expansão das rodovias estaduais. O Governo do Estado investiu no desenvolvimento do sistema viário estadual entre 1967 e 1969, aproveitando-se do financiamento do IBC/GERCA, que alocou recursos financeiros para a criação de infra-estrutura.

Com essas ligações todas as regiões do Estado passaram a dispor de eficientes vias de transporte rodoviário que possibilitavam fácil acesso à infra-estrutura portuária existente em Vitória.

A própria infra-estrutura portuária, por sua vez, já havia tido um grande impulso expansivo no período recente. Em 1960, ela era composta basicamente pelo Porto de Vitória com seus três cais. Um deles estava situado na ilha de Vitória e era destinado a carga geral e os outros dois estavam situados no continente, sendo cais especializados. Tratava-se do cais de Paul e Atalaia. O primeiro é operado pela CVRD, para exportação de minério e o segundo pela USIMINAS - Usina Minas Gerais S/A para importação de carvão mineral.

No início dos anos sessenta, o cais destinado à exportação de minério de ferro já operava a plena capacidade, levando a CVRD a dar início em 1963, à construção de um novo porto especializado na exportação de minério e importação de carvão mineral. O Porto de Tubarão, entrou em operação em 1966, representando um grande avanço para a infra-estrutura portuária, pois aumentou significativamente a capacidade de movimentação de cargas e foi construído em área de águas com grande profundidade.

Na área de comunicações, o Estado até meados da década de setenta possuía rede de telefones ligando a totalidade dos municípios e estava interligado ao Sistema Nacional de Telecomunicações, via EMBRATEL - Empre

sa Brasileira de Telecomunicações.

Portanto, em meados da década de setenta a **economia capixaba** havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos, estando em condições para um novo ciclo de expansão econômica, que no entanto, iria apresentar significativas diferenças em relação ao ciclo expansivo realizado nos anos anteriores.

2.4. EXPANSÃO RECENTE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HEGEMONIA DO GRANDE CAPITAL - 1975/1985³

Nos anos setenta, especialmente a partir de meados da década, a **economia capixaba** iniciou a segunda fase do seu desenvolvimento recente, que é caracterizado por uma nova dinâmica do processo de acumulação. Nesta fase, o **grande capital** detém a hegemonia da expansão econômica, pois domina praticamente todos os setores de atividade e imprime a eles um ritmo acelerado de crescimento. Desta forma vai se procedendo a profundas alterações na estrutura produtiva da economia e se delineando o seu novo perfil.

Esta segunda fase, contrasta com a primeira em vários aspectos. Na fase anterior, a hegemonia do processo de crescimento coube ao capital local, em geral de pequeno porte, que cresceu apoiado em financiamentos e incentivos fiscais proporcionados pelo Estado. As atividades que apresentaram grande dinamicidade foram as mais tradicionais, tendo sido pouco expressiva a diversificação econômica.

No período recente, ao contrário, exarcebou-se o processo de diversificação econômica e modernização capitalista, tendo surgido e se desenvolvido várias atividades não tradicionais. Este processo é comandado pelo **grande capital**, que salvo algumas exceções, não é de origem local. Trata-se em sua maioria de grande grupos estatais e privados, tanto nacional como estrangeiros.

³ROCHA, Haroldo Correa, **Antecedentes e Evolução da Economia Capixaba** in - NEP/IJSN, mimeo. 1985.

Com isto a **economia capixaba** tornou-se um novo espaço de reprodução do **grande capital**, o que a integrou de forma definitiva à dinâmica da economia brasileira, em relação à qual ela assume um caráter complementar, particularmente no que se refere ao setor industrial.

Acreditamos que é à luz deste novo marco fundamental, a hegemonia do **grande capital**, que se pode melhor compreender as transformações econômicas havidas em praticamente todos os setores de atividades da **economia capixaba**.

No setor agrícola verificou-se um vigoroso processo de crescimento econômico e de modernização, derivados da transformação capitalista do campo. A expansão da empresa rural e a disseminação do uso de novas técnicas de cultivo e de insumos industriais modernos, tem possibilitado à atividade agropecuária maiores níveis de produtividade e um caráter bem mais dinâmico. Contudo, verificou-se também, um crescente processo de concentração da posse da terra e um grande crescimento das relações de assalariamento, que é acompanhado da perda de importância das tradicionais relações de produto familiar e de parceria.

O setor industrial é o que apresenta alterações mais significativas, pois constitui-se no **locus** principal da expansão capitalista, e por conseguinte é onde se concentram os investimentos do **grande capital**. A estrutura da indústria de transformação vem sofrendo um intenso processo de diversificação a partir do surgimento e expansão acelerada de gêneros industriais modernos, que tinham pouca expressão na fase anterior. A metalurgia, mecânica, química e material de transpote lideram o crescimento industrial e se apresentam como os gêneros mais dinâmicos e representativos em termos de valor da produção.

Também a indústria extrativa mineral, com a exploração do mármore e a pelotização de minério de ferro, e a indústria da construção civil, apresentaram grande dinamismo e significativas transformações.

Da mesma forma, no setor terciário verificou-se crescimento acelerado liderado pelo **grande capital**, que ocupou o espaço criado pela expansão industrial e pela rápida urbanização. Particularmente no setor terciário moderno, como supermercados, lojas de departamento, transporte coletivo e de cargas, intermediação financeira, hotelaria, etc.

CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A partir de meados dos anos sessenta a meados da década de setenta, verificou-se algumas alterações estruturais na agricultura estadual, que decorreram dentre outros fatores, de um eficiente sistema de financiamento previamente estabelecido, como o programa de erradicação e suas correspondentes indenizações, ao programa de diversificação econômica das regiões cafeeiras e ao programa de desenvolvimento da pecuária. Assim, o setor apresentou grande dinamicidade e elevados índices de crescimento em várias atividades, principalmente nas lavouras de exportação, tais como, cacau, café e cana-de-açúcar e de outras atividades emergentes, como reflorestamento, seringueira, suinocultura e da cultura de pimenta-do-reino.

Além da expansão e do incremento do processo de diversificação de culturas, a agricultura estadual passou, nos últimos dez anos, por um vigoroso processo de transformações estruturais e modernização capitalista, onde podemos destacar quatro aspectos principais.

O primeiro aspecto relevante é que a agricultura tem se tornado uma atividade cada vez mais capitalista. A estrutura empresarial capitalista tem se expandido largamente e grande grupos econômicos apoiados pelo crédito subsidiado e pelo sistema de incentivos fiscais têm se voltado para a agricultura onde se realizam grandes investimentos. Por outro lado, os próprios pequenos proprietários rurais, ainda predominantes, tendem a se transformar em pequenos empresários, pois vêm-se envolvidos pela estrutura de crédito, de venda de insumos e de concorrência dos grandes produtores. Isto os obriga a se especializarem na produção dos

produtos mais rentáveis, que têm preços mais elevados e maior produtividade.

O segundo é o aspecto modernizante da expansão, que pode ser verificado pelo extraordinário crescimento do número de tratores e do consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas. Os dados disponíveis não permitem uma avaliação dos anos mais recentes, mas as informações referentes ao período 1970 e 1980 demonstram uma tendência clara de grande expansão. Certamente esta tendência deve ter se tornado mais evidente na primeira metade da década de oitenta, pois foi exatamente neste período que se verificou os movimentos mais significativos da expansão de importantes produtos agrícolas, principalmente, do café e da cana-de-açúcar.

O número de tratores que em 1960 era apenas de 508, passou para 1.131 e 1.940, respectivamente, em 1970 e 1975. Verificou-se, portanto, nestes subperíodos taxas anuais de crescimento de 8,3 e 11,4%. No quinquênio seguinte a taxa anual de crescimento praticamente foi duplicada, tendo passado a 22,4%, o que elevou o número de tratores em 1980 para a 5.334, (Tabela 2.20 e 2.21).

O consumo de fertilizantes também aumentou significativamente. Em 1960, apenas 275 estabelecimentos rurais usavam o adubo químico, número que aumentou para 2.864 em 1970 e 10.394 em 1975. Nos cinco anos seguintes o número de estabelecimentos que utilizavam esse tipo de fertilizantes triplicou, tendo passado para 30.143, o que representava 50,8% do número total de estabelecimentos rurais (Tabela 2.22).

O terceiro aspecto caracterizador da transformação recente da agricultura estadual refere-se a concentração da propriedade da terra. Esse movimento de concentração decorre da própria expansão de atividades que são realizadas em grande escala e exigem grandes partidas de terra. O crescimento da concentração tem se tornado preocupante, pois implica sempre em deslocamento de pequenos proprietários, visto que a fronteira agrícola estadual já se encontra esgotada desde o início dos anos setenta, estando a área total dos estabelecimentos praticamente estagnada. Esta

concentração fundiária tem um significado profundo, pois tem modificado uma das principais características da agricultura estadual, que era a apresentação de um dos menores índices de concentração de propriedade da terra dentre todos os estados brasileiros.

Entre 1970 e 1975, houve um forte movimento de concentração, tendo o número de pequenos estabelecimentos (o a 100 ha) se reduzido em 9.978 estabelecimentos. No mesmo período, a participação relativa destes estabelecimentos na área total reduziu-se de 49,8 para 43%. Ao mesmo tempo o número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha aumentou de 165 para 225 e a área do estrato passou de 8,9 para 13,3% da área total.

No quinquênio seguinte, entre 1975 e 1980, manteve-se a mesma tendência à concentração embora esta tenha tido um ritmo mais lento.

A participação relativa dos extratos da área de 0 a 100 ha e mais de 1.000 ha apresentaram comportamento diverso, sendo que o primeiro cresceu para 40,2% e o segundo aumentou para 16,5% da área total (Tabela 2.23).

A quarta modificação relevante que se tem verificado é a alteração das relações de trabalho. Entre 1975 e 1980, o trabalho familiar reduziu-se tanto em termos absolutos como relativos, o que parece ser reflexo do deslocamento da pequena propriedade realizado pelo **grande capital**. Por outro lado, o regime de parceria apresentou bom crescimento absoluto e relativo, o que certamente deve estar associado à extraordinária expansão da cafeicultura, atividade na qual este regime de trabalho é perfeitamente adaptável e funcional.

Entretanto, o que tem se apresentado como mais significativo é a grande expansão das relações de assalariamento, temporário e permanente. Essas duas categorias de assalariados, que em 1960 representavam 12,3% do total do pessoal ocupado na agricultura, tiveram sua participação elevada para 18,2 e 28,3%, respectivamente, em 1975 e 1980.

O GRANDE CAPITAL E A DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL

A industrialização capixaba entre 1959 e 1975 caracterizou-se por significativa expansão dos gêneros tradicionais, sob o comando do capital local, que encontrou condições altamente favoráveis tanto em termos de crescimento do mercado consumidor, como de disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros ofertados pelo setor público. A taxa média anual de crescimento da produção de 15,76% evidencia a grande dinamicidade do setor e sugere a extensão das alterações havidas em suas dimensões, que de 1.600 estabelecimentos e 7.300 operários em 1959, passou a 2.796 estabelecimentos e 28.681 operários em 1975 (Tabela 2.24 e 2.25).

Embora tenha havido crescimento do tamanho médio dos estabelecimentos, este situou-se bem abaixo da média nacional. Isto significa que a indústria capixaba mantinha a sua estrutura baseada principalmente em pequenos e médios estabelecimentos, o que aliás, era compatível com o nível de concentração e de acumulação do capital local.

Até 1975, foi pequena a diversificação da estrutura industrial, em que pese a expansão da metalurgia (COFAVI, CBF e CIMETAL) realizada sob o comando do **grande capital**, o que de certa forma, já antecipava o que viria caracterizar a expansão industrial pós-75.

A partir de 1975, apesar da diminuição do ritmo, o índice de crescimento da produção industrial manteve-se elevado. Isso foi acompanhado pelo crescimento do investimento privado e estatal, cujas decisões haviam sido tomadas no período do milagre econômico e mesmo após iniciada a crise de 1973, quando foi proposto o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O **grande capital** privado (nacional e estrangeiro) e estadual, no bojo do auge cíclico, chamado **milagre econômico**, aproveitou-se das condições favoráveis de localização industrial do Espírito Santo (existência de infraestrutura de transportes, comunicações e energia elétrica; sistema de incentivos fiscais e de financiamento; estrutura econômica razoavelmente desenvolvida, etc.) e decidiu-se por implantar vários projetos

industriais no Estado, o que veio a ocorrer nos anos subsequentes a 1975. Todo esse processo foi, sem dúvida, ajudado pela agressiva política do Governo Estadual de divulgação de oportunidades de investimento e de atração para o Espírito Santo dos investimentos das empresas estatais e dos capitais privados nacionais e estrangeiros.

Desta forma abriu-se a possibilidade de expansão de gêneros não tradicionais do setor industrial e portanto de uma maior diversificação da estrutura da indústria de transformação.

Entre 1975 e 1980, a indústria de transformação cresceu à taxa média anual de 11,5%. O gênero que apresentou maior variação foi o de papel e papelão, que em 1975 tinha o peso irrelevante de 0,1% no valor de produção, e em 1980 aumentou para 11,54%, tornando-se o segundo mais importante, só superado pelo de produtos alimentares com 32,94% (Tabela 2.16). Esse extraordinário crescimento deveu-se basicamente à implantação de uma grande fábrica de celulose branqueada, do Grupo Aracruz Celulose S/A, que entrou em operação do ano de 1979. Trata-se de uma grande indústria, cuja capacidade nominal de produção é de 465.000 t/ano, e que destina aproximadamente 80% da sua produção ao mercado externo.

O gênero de produtos alimentares, que continuou a ter maior participação relativa no valor de produção, embora tenha-se reduzido, manteve um bom desempenho, tendo crescido à taxa de 10,4%. No entanto, esse comportamento do gênero como um todo esconde as alterações ocorridas nos subgêneros que o compõe, em relação ao período anterior. Assim, o **beneficiamento, torrefação e moagem**, que havia crescido à taxa de 5,3% entre 1970 e 1975, passa a 16,1%, o que é reflexo, de certa forma, da recuperação e expansão dos preços e do plantio do café. De outro lado, os subgêneros **abate de animais e laticínios**, cuja taxa de crescimento havia sido superior a 20%, passaram, respectivamente, à taxa negativa de 0,008 e positiva de 3,1%. Essa mudança radical deveu-se, sem dúvida, à crise que afetou a pecuária bovina de corte a partir de 1975, quando houve uma substancial redução do rebanho (Tabelas 2.26 e 2.27).

Os demais subgêneros, considerados em conjunto, que haviam crescido à taxa de 11,1%, tiveram seu crescimento acelerado com uma taxa de 19,9%, em decorrência basicamente da entrada em operação de uma nova indústria de cacau, Chocolates Vitória S/A, cuja produção se destina quase que totalmente à exportação.

Metalurgica e Minerais não metálicos eram os outros dois mais importantes gêneros em valor da produção, que somados a outros (produtos alimentares e papel e papelão) perfaziam 65,26% da produção industrial.

Minerais não metálicos, tal como o setor industrial, apresentou uma taxa de crescimento (11%) mais moderada que a verificada entre 1970 e 1975, que foi de 19,7%.

Metalurgica constituiu uma grande surpresa, pois seu crescimento foi irrelevante e inferior a 1,0% (0,6%), o que contrastou com a elevada taxa de crescimento do período anterior da ordem de 31,6%.

O gênero madeira que sempre esteve entre os quatro principais, teve seu comportamento completamente invertido, pois de uma taxa de crescimento de 11,1% entre 1970/1975, passou a uma taxa negativa de 3,3%. A partir de 1975, portanto, o gênero madeira começa a entrar em decadência, o que deve ser atribuído principalmente ao esgotamento e total devastação das florestas naturais do norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Entretanto, em que pese essas evidências da derrocada da indústria de madeira, dada a sua grande importância, ela manteve, em 1980, uma participação relativa ainda bastante significativa, sendo o quinto gênero por ordem decrescente, com percentual de 7,81%.

O maior nível de diversificação da estrutura industrial pode ser evidenciado ainda pelas elevadas taxas de crescimento dos gêneros da Mecânica, Química e Bebidas.

A Mecânica surgiu no Estado a partir dos anos sessenta e cresceu rapidamente durante a década de setenta, às taxas médias anuais de 111,1% entre 1970 e 1975 e de 33,3% no período de 1975 e 1980. Esse gênero, por ser de capital mais concentrado a nível nacional e de maior complexidade tecnológica, não tem sido acessível ao capital local, e em geral predomina entre os seus empreendedores, capitais estrangeiros e de outros estados brasileiros. A participação do gênero, em 1980, no valor da produção foi de 3,62%.

A indústria química também começou a se desenvolver no Espírito Santo nos anos sessenta, expandindo-se bastante na década seguinte, quando apresentou taxa de crescimento de 14,4% entre 1970 e 1975 e de 34% entre 1975 e 1980. Com isso, passou a representar em 1980, 4,9% do valor da produção industrial, sendo o sexto mais importante gênero. Na sua composição, destacam-se indústrias de rações balanceadas e de adubos e fertilizantes, todas fornecedoras para o setor agrícola.

A indústria de material de transporte, também não tradicional, na primeira metade da década de setenta teve uma expansão (taxa de crescimento de 35,7%), devido basicamente à expansão do subgênero equipamentos ferroviários, referentes a uma unidade de reparo de máquinas ferroviárias da CVRD. Entre 1975 e 1980 o gênero apresentou a pequena taxa de crescimento de 1,0%, o que veio reduzir sua participação relativa de 4,4% em 1975 para 2,68% em 1980.

Além desses três novos gêneros emergentes, deve-se fazer referência a dois outros gêneros tradicionais que, a longo tempo, vêm-se expandindo de forma bastante acelerada, e que, particularmente no período de 1975/1980, apresentaram ótimo desempenho. Em primeiro lugar, bebidas, com uma taxa de crescimento de 32,2% que passou a representar 2,55% do valor da produção industrial. Essa grande dinamicidade deveu-se basicamente à entrada em operação de uma fábrica de cerveja inaugurada em 1978.

O outro gênero que teve um bom desempenho foi o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, principalmente no subgênero vestuário ou confecções. Sua taxa de crescimento foi de 18,3% e a participação relativa de 3,5%. Assim, parece lícito concluir que, a partir de 1975, o setor industrial no Espírito Santo ganha novos contornos e características, passando sua expansão a ser comandada por capitais externos, que concentraram os gêneros mais dinâmicos da industrialização, tendo desencadeado um processo crescente de diversificação da estrutura industrial.

Até 1980, já verificou-se como isso veio a ocorrer e, embora não se disponha de dados censitários, pode-se inferir, a partir de outras informações, que a tendência à diversificação e ao comando do grande capital persistiram na primeira metade dos anos 80.

O gênero metalurgia que, em 1980, apareceria como o terceiro mais importante em valor da produção e, praticamente manteve estagnada sua produção entre 1975 e 1980, no período subsequente, ao contrário, passou por uma grande expansão do investimento, da capacidade produtiva e da produção. Dadas as grandes dimensões dos projetos implantados e expandidos no início dos anos 80, pode-se afirmar que a metalurgia, em 1985, já deve ter-se tornado o mais importante gênero da indústria capixaba, devendo, certamente, ter superado o de produtos alimentares que sempre ocupou essa posição.

Essa conclusão é autorizada pelos seguintes fatos: a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, iniciou a sua construção em 1979, tendo, depois de um certo atraso nas obras, entrado em operação em setembro de 1983. Esta usina desenvolveu investimento da ordem de 3 bilhões de dólares e possui uma capacidade produtiva de 3 milhões de toneladas/ano. A importância dessa usina pode ser mais bem avaliada quando confrontada com a maior e única usina existente antes no Espírito Santo, a COFAVI, cuja capacidade produtiva era de apenas 170.000 t/ano. A CST, no ano de 1985 passou a produzir a plena capacidade empregando diretamente um total aproximado de 6.400 pessoas.

A COFAVI, cuja capacidade de suas duas unidades de laminação é de 375.000 t/ano, produz em sua Aciaria I apenas 200.000 t/ano e na Aciaria II inaugurada em 1987, 300.000 t/ano. Com a futura instalação de mais dois fornos na Aciaria II e de novas linhas de laminação, esta Usina deverá atingir uma capacidade anual de 01 milhão de t/ano de aço líquido.

É importante ainda, dentro do gênero metalúrgico, a fabricação de ferro-gusa, que atravessou uma grave crise em 1982/1983, derivada da crise do mercado internacional do aço, mas que a partir de 1984, voltou a se recuperar juntamente com o mercado externo, e encontra-se em processo de crescimento acelerado. Existem atualmente 04 usinas de porte médio, cuja capacidade produtiva total é de 340 mil t/ano. A CIMETAL, com 03 alto-fornos a carvão vegetal em funcionamento, que produz 130.000 t/ano, a Companhia Brasileira de Ferro - CBF, que colocou em operação no mês de outubro de 1984 o seu segundo alto-forno, elevando a capacidade produtiva para 120.000 t/ano, a Companhia Metalúrgica Vetorial, com capacidade de 30.000 t/ano, que entrou em operação em setembro/85 e a FERROESTE Industrial S/A, com capacidade de 60.000 t/ano.

No gênero metalúrgico, destaca-se ainda o subgênero produtor de estruturas metálicas que conta com várias empresas importantes e tem se expandindo muito nos últimos anos, em parte devido à expansão do setor cafeeiro que vem solicitando muita construção de galpões, dada a crescente dificuldade de aquisição de madeira.

Portanto, devido à grande expansão da metalurgia, já em 1985, este gênero deve ter apresentado a maior contribuição para a formação do valor da produção industrial capixaba. O gênero de produtos alimentares deve ter perdido liderança, mas certamente ainda se mantêm como um dos mais importantes, posto que, no primeiro quinquênio dos anos 80, continuou apresentando bons níveis de crescimento, particularmente, nos segmentos de beneficiamento do café e industrialização do cacau.

A indústria de papel e papelão deve também ampliar a sua participação no setor industrial, visto que, em 1980, a principal fábrica do gênero, a Aracruz Celulose S/A, ainda não operava a plena capacidade, pois trava-se do seu segundo ano de funcionamento. Nesse ano, produziu 361.282 toneladas, enquanto em 1984 a produção alcançou a utilização plena de capacidade e a marca de 456.293 toneladas, 26,3% maior que no ano de 1980.

O gênero de minerais não metálicos, que, desde 1939, figura entre os quatro mais importantes em valor da produção, deve ter perdido essa posição devido à crise que afetou a construção civil imobiliária no início dos anos oitenta em especial a partir de 1983, quando praticamente foram paralizadas as construções. Esse gênero apresenta-se bastante dependente do setor de construção civil, razão por que a crise daquele setor deve ter implicado em substancial redução da produção de telhas, tijolos, artefatos de cimento, britamento e aparelhamento de pedras, etc. Apenas deve ser ressaltada a possível grande expansão da indústria de cal que fornece o produto para as usinas de pelotização de minério de ferro e para a usina siderúrgica, que o usa como material complementar ao processo industrial de transformação.

A indústria da madeira possivelmente continuou sua derrocada nesta década de oitenta, devido ao aumento da escassez da matéria-prima que tem motivado a transferência de várias serrarias para outros estados do país (Bahia, Rondônia e Paraná) e ainda, devido à própria crise econômica, em particular a da construção civil, pois que a construção imobiliária é grande consumidora de madeira. A crise de 1981/1983 afetou de tal forma a indústria da madeira, que duas grandes fábricas foram obrigadas a entrar em concordata no ano de 1983: a Serraria Barbados S/A, em Colatina e a COBRAICE Companhia Brasileira de Indústria e Comércio, em Conceição da Barra. Apesar dessa tendência à derrocada da indústria madeireira, ela hoje não se compõe apenas de pequenas serrarias, pois existem grandes fábricas, sendo duas de laminados e quatro de compensados.

A indústria química, que despontou na última década, deve ter-se expandido entre 1980 e 1985 a taxas bastante elevadas, uma vez que a produção alcooleira foi incrementada a partir de 1982/1983 e diversas outras grandes indústrias têm como componente de suas plantas algumas unidades de produtos químicos para utilização no processo industrial.

Assim, de uma capacidade de produção de álcool irrisória em 1980, na única destilaria existente, anexo à Usina Paineiras S/A, em 1985, o Espírito Santo atingiu a capacidade nominal de produção de 1.060.000 litros/dia, em suas sete usinas em operação.

De outro lado, as grandes indústrias tanto têm no seus parques industriais unidades de produção de produtos químicos como seus subprodutos darão ensejo à instalação de unidades independentes de processamento.

A Aracruz Celulose S/A possui uma Fábrica de Cloreto de Sódio com capacidade de 15.000 toneladas/ano e uma Fábrica de Cloreto-Soda, que produz 14.600 t/ano de soda cáustica e 12.900 t/ano de cloro, todos produtos químicos básicos usados no cozimento da madeira e branqueamento da celulose. A fábrica de Cloro-Soda só entrou em operação em 1980, o que faz supor que só posteriormente venha a ser considerada nas estatísticas industriais.

A CST possui no seu parque industrial uma Fábrica de Oxigênio e gera vários subprodutos que deverão ser industrializados no futuro, tais como: alcatrão, amônia, óleo enriquecido com naftaleno, etc.

Ainda deve se considerar que as indústrias de adubos e fertilizantes devem ter-se expandido significativamente nos anos oitenta, devido à própria expansão da cafeicultura e de outras lavouras que, ao passarem por um processo crescente de modernização, devem ter aumentado substancialmente o consumo desses produtos.

Portanto, a indústria química no Espírito Santo deve ter-se expandido bastante e apresenta boas perspectivas de expansão futura.

A indústria mecânica também deve ter-se ampliado, uma vez que se encontra intimamente ligada ao setor industrial e tende a se expandir com este, num primeiro momento com unidade de reparo, e posteriormente, com a produção de peças e máquinas de maior complexidade tecnológica.

O gênero produtor de material de transporte, que, esteve muito ligado à reparação de veículos ferroviários, no ano de 1982 ganhou uma nova e importante unidade produtiva, que foi uma fábrica de ônibus, pertencente ao Grupo Itapemirim.

Em resumo, a indústria de transformação no Espírito Santo deve ter experimentado, no período 1980/1985, uma grande taxa de crescimento da produção, visto que vários empreendimentos, cuja implantação foi iniciada em fins dos anos setenta, foram concluídas e entraram em operação ao longo do período. A profunda recessão que a economia brasileira enfrentou a partir de 1981 só veio afetar o Espírito Santo nos anos de 1982 e 1983, quando, dada a crise conjuntural mundial da siderurgia, o setor metalúrgico e de pelotização de minério de ferro foram atingidos e obrigados a reduzir substancialmente a produção. No entanto, já em fins de 1983 e 1984, o mercado mundial e a economia brasileira iniciam o processo de recuperação, o que veio novamente aquecer a metalurgia e a pelotização, motivando inclusive a implantação e ampliação das unidades industriais.

De outro lado, a partir de meados de 1982, quando as obras de construção civil da CST começaram a ser concluídas e, ainda em 1983, quando a construção civil imobiliária mergulhou na sua mais profunda crise, os gêneros industriais produtores para o setor da construção civil, passaram a enfrentar problemas de mercado, que devem ter afetado em particular o gênero de produtos minerais não metálicos.

Apesar dessa conjuntura adversa que afetou os setores metalúrgicos, de pelotização, construção civil e minerais não metálicos, nos anos de 1982 e 1983, o setor industrial no Espírito Santo deverá, entre 1980 e 1985, apresentar uma taxa de crescimento do produto bastante elevada. E, além disso, a estrutura industrial mostrar-se-á bem mais diversificada e comandada por gêneros mais dinâmicos e modernos, tais como a metalúrgica, química, mecânica, etc., ao contrário do que se verificou até 1975, quando os gêneros tradicionais eram os mais representativos na estrutura industrial.

2.5. URBANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO

A partir da década de cinquenta, a população rural do Espírito Santo reduziu-se continuamente em termos absolutos, tendo apresentado taxas de crescimento negativos de 1,5% entre 1960 e 1970 e de 1,8% entre 1970 e 1980.

Na década de sessenta, a migração decorreu da erradicação dos cafezais, lavoura grande empregadora de força de trabalho, e do crescimento extraordinário da pecuária bovina extensiva, que necessita de reduzido número de trabalhadores em relação à área que ocupa.

Na década de 70, o decréscimo da população rural esteve associado à modernização capitalista do campo, que usa técnicas poupadoras de mão-de-obra e estabelece a rotina da produção em grande escala.

A **desruralização** da população parece ser uma tendência natural e irreversível decorrente do processo de desenvolvimento capitalista, especialmente em regiões onde não existem áreas de fronteira agrícola, onde as terras já foram apropriadas.

Esse processo, além de expulsar parte da população para as áreas urbanas, submete parcela crescente da população rural à relação de assalariamento. Como resultado, cria-se e amplia-se crescentemente, um mercado

potencial no meio rural, tanto de bens de consumo (o trabalhador assalariado não produz diretamente sua subsistência), como de insumos e máquinas agrícolas, estreitando cada vez mais os laços que unem o setor rural com o setor urbano da economia.

Entretanto, o principal mercado de bens e serviços de toda natureza localiza-se nas áreas urbanas. O crescimento industrial foi acompanhado de um intenso movimento de urbanização e de ampliação e modernização do setor terciário.

A população urbana cresceu a taxas elevadas desde 1960 até 1980, com o que aumentou de 195.825 para 1.293.378 habitantes e de 28,4% da população total passou a representar 64,2%, concentrando-se sobretudo na Região da Grande Vitória que, em 1980, possuía 706.263 habitantes, o que representava 35% da população total do Estado.

A crescente urbanização da **economia capixaba** pode ser constatada, ainda, pelo perfil de ocupação da população economicamente ativa (PEA) que, no período de 1960 e 1980, apresentou um decréscimo relativo contínuo dos trabalhadores do setor primário e um substancial crescimento daqueles ligados diretamente às atividades tipicamente urbanas - os setores secundário e terciário da economia.

O número de trabalhadores do setor primário esteve praticamente estagnado de 1960 a 1980 e sua participação no total da PEA caiu de 68,1% para 34,8%. No setor secundário, ao contrário, a PEA cresceu a taxas bastantes significativas, superando, inclusive, as taxas anuais de crescimento da população urbana. Em 1960, empregava apenas 5,7% dos trabalhadores capixabas e alcançou, em 1980, o percentual de 21,8%. É evidente que, traduzindo em números absolutos, este setor não foi capaz de absorver uma proporção significativa da população que deixou o meio rural em busca de empregos nas atividades urbanas.

Assim, a alternativa de emprego ficou por conta das atividades do setor terciário que, em 1980, já empregava 43,4% do total de trabalhadores. Na verdade, o crescimento da população urbana associado à expansão industrial criou as condições necessárias à expansão de várias atividades urbanas do setor terciário, tanto mercantis como de serviços pessoais e industriais. Ou seja, ele se amplia e se diversifica na medida em que o mercado urbano se expande e cria demanda cada vez maior para o comércio em geral, serviços, atividades financeiras, serviços públicos, etc.

A importância do setor serviço na economia estadual está evidenciada na Tabela 2.28, onde se observa a sua participação como setor de maior geração de renda na economia, em torno de 50%; à semelhança do que ocorre com a economia brasileira, onde representa mais de 50% do PIB.

Apesar da representatividade do setor, no entanto, este vem perdendo sua **participação relativa** em virtude, principalmente, do aumento significativo do setor industrial.

Também deve ser mencionado a perda relativa do setor agrícola, que caiu de 23,1 em 1970 para 14,8% em 1985.

Um outro aspecto que deve ser destacado, conforme se observa na Tabela 2.29 é que em termos absolutos, o setor serviços representa a maior parcela no valor da renda. No entanto, a taxa de crescimento da renda, por setor, registrada na Tabela 2.30 mostra um crescimento modesto do setor agrícola, contrastando com a participação dos setores industrial e serviços cujas taxas de crescimento se apresentaram elevadas, principalmente de 1970 a 1980, caindo no período 1980/1985 que de uma certa forma reflete a crise porque passou a economia brasileira no período.

Uma perspectiva de mudança na participação dos setores na geração de renda na economia está evidenciada nas Tabelas 2.31 e 2.32 com o setor serviços apresentando taxas de crescimento bem mais modestas que o indus

trial, fazendo supor a continuidade na perda da importância relativa para o setor secundário da economia inclusive tendendo a ser superado em 1990, evidenciando a continuidade do processo de industrialização da economia capixaba.

O significativo crescimento da renda no período 1970/1985, conforme mostra a Tabela 2.29, levou a uma evidente modernização da atividade econômica estadual. Analisando os diversos segmentos da economia, como o setor terciário, fica evidenciado as características modernizadoras na área comercial, dos transportes, prestação de serviços e intermediários financeiros, com uma gama enorme de novos serviços que foram colocados à disposição da população capixaba.

Dentro deste quadro, deve-se destacar, em função da magnitude em que ocorreu a expansão dos intermediários financeiros, que refletem esta nova fase da economia estadual. Este subsetor (Tabela 2.34) tinha uma participação de apenas 9,8% na geração da renda do setor em 1970, passando a 15,6% em 1975, 22,5% em 1980, para atingir a uma expressiva participação de 25,3% em 1985.

A par do desempenho dos intermediários financeiros, é o comércio no entanto, o subsetor de maior peso dentro do terciário, tendo uma participação constante de 35% na geração da renda ao longo de todo o período.

Para os demais subsetores, infelizmente se dispõe de dados apenas até 1979, impedindo uma análise para todo o período. No entanto, os dados estão disponíveis quando se globaliza os quatro subsetores, permitindo observar uma queda na sua participação na geração da renda, caindo de 54,7% em 1970 para 39,4% em 1985. Deve-se observar que os aluguéis devem ter contribuído em muito com esta queda, pois teve um fraco desempenho, até 1979 (Tabela 2.33).

COMÉRCIO

A atividade comercial, segundo o Censo Comercial de 1970/1975/1985, da FIBGE no seu total varejista e atacadista, passou de 8.822 estabelecimentos em 1970 (Tabela 2.35) para 10.155 em 1975 e 13.125 em 1980. Isto veio representar emprego para 21.566 pessoas em 1970, absorvendo 14,3 do total da PEA do terciário, que foi de 151.140, conforme mostra a Tabela 2.03. Para 1975 houve um aumento de 50,4% no número de empregados (de 21.566 para 32.439), enquanto para 1980 este aumento foi de 47,7% (de 32.439 para 47.938), representando 15,5% da PEA do setor. Como se observa, o comércio é também um setor importante em termos de geração de emprego.

Outro aspecto que deve ser destacado é o valor das vendas, que atingiu um montante de 2,4 bilhões de cruzeiros em 1970, enquanto o total da renda gerada em toda a economia atingiu no mesmo ano Cr\$ 1,6 bilhão. Para 1975, as vendas do comércio tiveram um incremento de 4 vezes e no período 1975/1980 de mais de 16 vezes.

No comércio interestadual, o Espírito Santo tem apresentado resultados satisfatórios, a julgar pela Tabela 2.36, onde o incremento da quantidade exportada no período 1979/1984, apresenta uma taxa de 74% (de 1,94 para 3,39 milhões de toneladas). O frete bruto dá um salto de 100 vezes no período, passando de 490 para 43.146 milhões de cruzeiros. A análise do valor comercial deste intercâmbio fica prejudicado pela falta de dados para 1979. Mas se considerarmos a evolução dos indicadores de quantidade e frete bruto, é de se supor que também o incremento de valor foi significativo.

Para as importações, os resultados não se apresentam no mesmo ritmo das exportações. A quantidade importada praticamente permanece a mesma enquanto o frete salta de 394 para 32.157 milhões de cruzeiros.

Um ponto importante a ser destacado, e este somente para 1984, é o saldo comercial favorável ao Estado, atingindo 613.964 milhões de cruzeiros.

No comércio exterior a economia capixaba apresenta um resultado mais positivo ainda do que no intercâmbio regional. Os resultados estão na Tabela 2.37 onde se tem a quantidade exportada crescendo a 25,6% (de 64,6 para 81,2 milhões de toneladas) e o valor passando de 1.635 milhões de dólares para 2.682 milhões de dólares, crescendo 64,0%, isto num período de apenas 5 anos. As importações, por outro lado, crescem em quantidade a uma taxa de 95% (de 2.634 para 4.608 milhões de toneladas) enquanto o valor decresce, passando de 863 para 488 milhões de dólares.

O resultado destas transações levou a economia capixaba a gerar um excedente comercial de 772 milhões de dólares em 1979 e 2.194 milhões de dólares em 1984, contribuindo de forma significativa para um melhor desempenho da balança comercial do país.

No que se refere à mão-de-obra empregada, infelizmente os dados, (Tabela 2.38) não nos permitem um confronto com a PEA, Tabela 2.03, pois aqueles estão disponíveis para 1983 e 1984. No entanto, se considerarmos que mão-de-obra empregada é um parâmetro de real importância para análise do desempenho da economia, podemos afirmar que o setor agropecuário recuperou parte de sua importância, empregando um contingente de mão-de-obra de mais de 40% do total da economia enquanto o secundário cai para 15% a 16% e o terciário tem uma pequena queda, ficando em 41%.

Este desempenho do setor primário deve ser creditado, em boa parte à lavoura do café, que voltou a ocupar o seu lugar de destaque na economia capixaba.

No tocante a geração de receita para os cofres públicos estaduais, o comércio se destaca de forma espetacular. Infelizmente, os dados disponíveis (Tabela 2.39) difere no período com a Tabela 3.02. No entanto, pode-se ter uma idéia quando se observa o valor do ICM gerado em 1980 pelo comércio com o ICM do terciário em 1981, dando uma relação de 7 para 12. Corrigindo esta defasagem, obviamente, esta relação tende a se aproximar, levando a concluir que o comércio é um dos setores mais dinâmicos da economia capixaba.

AGENTES FINANCEIROS

O subsetor financeiro abrange um grande número de organismos federais, estaduais e privados. No entanto, em função da precariedade dos dados, serão feitas referências apenas ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e BNH, na área federal e BANDES e BANESTES, na área estadual.

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro federal, prestando seu apoio a todas as atividades econômicas, tanto no setor primário, como no secundário e o terciário.

A Tabela 2.40 mostra o total dos créditos concedidos para a Região Sudeste em 1984, onde o Espírito Santo ficou com 5,4% dos mesmos, contra 24,2% de Minas Gerais, 9,6% do Rio de Janeiro e 60,8% de São Paulo. A nível setorial a agricultura capixaba ficou com 7,9%, a pecuária com 8,0%, a indústria com 1,5%, o setor de prestação de serviços com 1,3%, o comércio com 10,5% e atividades não especificadas com 6,8%.

Os números mostram que o Espírito Santo não é devidamente aquinhado com os créditos concedidos pelo Banco do Brasil, mesmo levando em consideração a dimensão da economia capixaba com relação aos demais estados da região.

O desempenho da Caixa Econômica Federal é evidenciado pelos saldos dos empréstimos em 31.12.84, onde se tem uma situação semelhante àquela apresentada pelos créditos concedidos pelo Banco do Brasil, onde o Estado fica com apenas 5,6% do total dos saldos de empréstimos carreados para a Região Sudeste, conforme mostra a Tabela 2.41. No entanto, considerando que boa parte dos empréstimos da CEF são dirigidos para a habitação e tendo em vista que Rio de Janeiro e São Paulo concentram os maiores centros urbanos do país, é razoável então, que estes Estados fiquem com boa parcela dos empréstimos.

O que foi descrito para a CEF se enquadra muito bem para os valores dos contratos firmados pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, para a Região

Sudeste, onde, mais uma vez o Espírito Santo fica com uma participação em torno de 5%, conforme mostra a Tabela 2.42. No entanto, um detalhe deve ser observado. São Paulo concentra 63,7% dos contratos firmados, caracterizando uma distorção na aplicação dos recursos do Banco em favor daquele Estado.

A distribuição dos recursos do principal agente de fomento econômico nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para o período 1980/1985 estão na Tabela 2.43, com o Espírito Santo ficando, em média, com menos de 4% desses recursos, Minas Gerais com um percentual um pouco acima de 20%, Rio de Janeiro em torno de 20% e São Paulo com recursos superiores a 50%. Se por um lado pode-se considerar que este é um reflexo do dinamismo da economia daqueles três estados, por outro, esta política se caracteriza como centralizadora de recursos, não se processando a desconcentração da atividade econômica, de forma a desenvolver regiões periféricas da economia nacional, como o Espírito Santo.

Com uma presença constante em todos os setores da economia capixaba, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES, levou seu apoio financeiro aos três setores da economia, conforme mostra a Tabela 2.44. Em 1982 o terciário teve uma participação maior no total dos recursos destinados ao setor privado, declinando nos anos seguintes. O secundário assumiu a posição de maior beneficiário dos recursos em 1983 e 1984. No entanto, o destaque principal cabe ao setor primário, onde a atuação do BANDES, até recentemente, não era muito efetiva. Este setor passou de 16,3% em 1982 para 27,3% em 1984, superando inclusive o setor terciário que ficou com 24,1% dos recursos.

No item **outros investimentos** deve ser destacado os recursos aplicados pelo BANDES em apoio à iniciativas geradas pelo FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento da Área Portuária, que em 1984 atingiu um montante de 28,1 bilhões de cruzeiros.

O Banco do Estado do Espírito Santo, na sua função de levar o apoio financeiro à iniciativa privada e ao setor público procura compatibilizar a distribuição de seus recursos de forma a atender às necessidades da

administração estadual, bem como à demanda da iniciativa privada, conforme mostra a Tabela 2.45. O setor público aumentou de 42,3% em 1980 para 63,6% em 1984, sua participação no total de recursos aplicados pelo banco, enquanto o setor privado sofria uma redução, caindo 57,7% para 36,4%.

TURISMO

A atividade turística encontra no território capixaba condições ideais para um pleno desenvolvimento. Seu litoral é extenso, com mais de 300 quilômetros de praias e lagoas, e seu interior, com o clima de montanhas, permite o turismo característico das estações frias. As Tabelas 2.46 a 2.50 apresentam alguns dados da atividade turística no Espírito Santo, bem como aspectos relevantes dos incentivos fiscais e sistema FUNGETUR.

Na análise destes dados verifica-se que o Estado, apresenta-se razoavelmente estruturado em termos de rede hoteleira, conforme Tabela 2.46. De 1980 a 1982, registrou-se um aumento no número de hotéis das três primeiras categorias contrastando com as duas últimas, que não obtiveram o mesmo nível de projeção. No entanto, o crescimento hoteleiro estadual foi expressivo no total, (variação de 38% no crescimento no número de hotéis de 1980 a 1982), representando uma boa parcela do crescimento turístico local. Este aumento deve-se principalmente aos efeitos da reforma econômica de fevereiro de 1986, permitindo, de imediato, um reaquecimento da economia, que veio refletir-se em uma maior demanda dos estabelecimentos hoteleiros.

No que se refere a oferta de emprego, os 406 estabelecimentos hoteleiros existentes em 1983 ocuparam 2.848 pessoas com um custo salarial de 1,5 bilhão de cruzeiros, receitas de 7,5 bilhões e despesas de 4,3 bilhões. Infelizmente não obtivemos os dados referentes aos anos 1979 a 1982 e após 1983, que retratariam melhor os meios de hospedagem como geradores de renda. No entanto, de 1977 a 1978, houve um pequeno aumento da recei

ta e do pessoal ocupado e uma redução nas despesas, caracterizando uma racionalização das atividades do setor.

Além dos hotéis e meios de hospedagem, a infra-estrutura turística é constituída de outros empreendimentos que tem papel fundamental na sua manutenção e desenvolvimento. Alguns deles estão evidenciados na Tabela 2.49. A avaliação desses empreendimentos de 1980 a 1982, mostra uma certa estabilidade e até decréscimo do número de unidades registradas na EMBRATUR.

O incentivo a nível federal ao turismo capixaba é pouco expressivo com relação aos outros estados da Região Sudeste, como está registrado na Tabela 2.50. O Espírito Santo participa com 6,0% e 1,4% dos financiamentos e 6,0% (01 projeto) e 8,0% (01 projeto) dos projetos aprovados, nos sistemas de incentivos fiscais e FUNGETUR, constatando-se uma queda de 17,0% nos recursos aplicados de 1981 para 1982, no primeiro e 11,0% no segundo. Finalmente, deve ser observado que o Espírito Santo participou em 1981 com 7,0% no total dos incentivos fiscais e 15,0% no sistema FUNGETUR da Região Sudeste.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O subsetor Prestação de Serviços engloba os vários estabelecimentos que prestam serviços a pessoas, tais como, alojamento e alimentação; reparação, manutenção, instalação e confecção sob medida; pessoais e de higiene pessoal; radiodifusão, televisão e diversos; auxiliares diversos; compra, venda, loteamento, incorporação, administração, locação e arrendamento de bens imóveis. São serviços importantes na medida que auxiliam a comunidade e os setores da economia e participam expressivamente na geração de renda e emprego.

A Tabela 2.51 mostra esses estabelecimentos e suas participações em cada estado da Região Sudeste.

Em 1980, o Espírito Santo contava com 12.585 estabelecimentos de prestação de serviços ocupando 42.288 pessoas, gerando um total de Cr\$ 17,4 bilhões de receita, enquanto para a região como um todo estes números chegam a 354.177 estabelecimentos, 1.774.456 pessoas e Cr\$ 908,0 bilhões de receita.

Por gênero de estabelecimento o Estado participava em 1980 com apenas 4,0% do número de unidades de serviços de alojamento e alimentação da Região Sudeste, ocupando 3,3% do pessoal e gerando receita de 2,5%. Para os demais tipos dos estabelecimentos o que se observa é que a participação do Espírito Santo no total da Região Sudeste é pouco relevante, girando em torno de 2 a 3%, o que pode ser explicado pelo fato da região abrigar os três estados de economia mais desenvolvida do país.

Finalizando, deve ser ressaltado que o crescimento do setor terciário apresenta um duplo aspecto.

De um lado, representado pelas atividades mais dinâmicas do setor, passa por um processo de crescimento, modernização e concentração do capital.

Por outro lado, esse mesmo setor abriga um número significativo de trabalhadores sem vinculação com o mercado de trabalho tipicamente capitalista. É o chamado setor informal representado por trabalhadores que autam por conta própria numa imensa gama de atividades, cuja remuneração nem sempre condiz com o mínimo necessário para sua manutenção.

3.

INFORMAÇÕES SETORIAIS

3.1. GOVERNO - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA

A Tabela 3.01 apresenta a receita da administração centralizada estadual, com dados de balanços para 1981/82 e de orçamentos para 1983/84.

Na análise dos dados observa-se que em 1981 as receitas próprias representaram 69,15% da receita total, ficando a complementação por conta de receitas de transferências (26,00%) e operações de crédito, com o Estado recorrendo a empréstimos num total de 1,124 bilhões de cruzeiros (4,85%). Em 1982 o item receitas próprias passa a representar 73,69% do total, ficando receitas de transferências com 22,03% e operações de crédito com 4,28%, ligeiramente inferior ao ano anterior. Para os anos de 1983/84 não se tem dados reais, pois os números representam estimativas orçamentárias. As previsões para estes dois anos foram de redução da participação da receita própria para 60,17% e 62,84%, respectivamente, com previsões de crescimento nos demais itens.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado é a participação do ICM na geração da receita, representando a quase totalidade das receitas tributárias que por sua vez fica em torno de 95% das receitas próprias.

O ICM a nível setorial está destacado nas Tabelas 3.02 e 3.03, onde o setor primário passa de 22 para 32% no período 1981/85, o secundário de 15 para 25%, enquanto o terciário tem sua participação reduzida de 63 para 44%.

Um outro dado relevante, com relação ao ICM, é a importância da parcela gerada pelo café, que passou de 11% do ICM total em 1981 para 27% em

1985, levando os cofres públicos a uma dependência muito grande do desempenho da lavoura cafeeira.

3.2. TRANSPORTE

O Espírito Santo encontra-se bem servido por um sistema de transportes básicos tanto rodoviário quanto ferroviário, aeroviário e hidroviário. Mais recentemente teve início a implantação do sistema dutoviário (minero duto e gasoduto) conforme mostra a Tabela 3.04. A importância desse tipo de transporte de carga está na rapidez, no baixo custo e no total de carga transportada que a nível estadual está evidenciada na Tabela 3.05 mostrando a representatividade do mineroduto de Mariana a Ponta do Ubu, principalmente no ano de 1980, quando transportou 5.157 toneladas de minério de ferro (na forma de polpa aquosa de concentração de minério de ferro). Esse minério é beneficiado pela empresa Samarco S/A e exportado pelo Porto de Ponta de Ubu. O Gasoduto que liga Lagoa Parda a Aracruz, dada a sua instalação recente, apresenta um número de toneladas transportadas pequeno, porém de 1981 a 1982 houve um aumento de 6 vezes, passando de 02 para 12 toneladas transportadas.

Com relação ao sistema de transporte rodoviário, o Espírito Santo encontra-se bem servido de estradas federais, possui uma razoável malha rodoviária estadual e uma pequena extensão de rodovias municipais, conforme mostra a Tabela 3.06. Por outro lado, quando passamos a focalizar as rodovias não pavimentadas, Tabela 3.07, as posições se invertem, passando as rodovias municipais a ocuparem uma posição de destaque, seguida das estaduais e federais.

As rodovias federais que cortam o território capixaba são: a BR-101 no sentido norte-sul, margeando o litoral; a BR-262 no sentido leste-oeste, ligando Vitória a Belo Horizonte e a BR-259 que liga João Neiva (margem da BR-101, Norte) a Colatina, devendo futuramente atingir o Estado de Mi

nas Gerais na altura do município de Aimorés, seguindo até Governador Valadares.

A rede ferroviária no Estado é representada pela Estrada de Ferro Leopoldina, de pouca expressão econômica e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas que é responsável pelo transporte de cargas e mercadorias cuja discriminação está evidenciada na Tabela 3.09. O minério de ferro aparece em primeiro lugar no total de toneladas transportadas e receita gerada, correspondendo com 66% (Cr\$ 17.164.740) do total da receita em 1982. Em ordem decrescente de maior arrecadação vem o aço, carvão mineral, madeira, ferro-gusa e o calcário. Dessa forma, somente em 1982, a estrada de ferro transportou 75.591.000 toneladas úteis, representando Cr\$ 25.960.075.000 de receita.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas conta com uma extensão de 773km e liga o interior de Minas (Eng. Lafayette Bandeira) até o Porto, em Vitória, cortando o território capixaba de leste a oeste, passando pelas cidades de Baixo Guandú, Colatina, Ibirajú, Fundão, Serra e finalmente Vitória.

A Tabela 3.08 apresenta a estrutura da estrada de ferro de 1980 a 1982. As alterações ficaram por conta das linhas acessórias e o número de locomotivas, onde registrou-se um decréscimo a partir de 1980. O total de cargas e mercadorias transportadas sofreu uma queda, enquanto a receita obteve um aumento significativo entre 1980 e 1982.

O transporte hidroviário capixaba é significativo no que diz respeito a importância do sistema portuário, incluindo os terminais marítimos, tais como:

- . Porto de Vitória, de grande importância para a Região Sudeste, pois tem a função de escoar as mercadorias e cargas originárias da região, principalmente do Estado de Minas Gerais. Junto ao Porto de Vitória deve-se destacar o Cais de Capuaba, construído para ser o escoadouro do Corredor de Exportação, integrado pelos Estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

- . Porto de Tubarão, também situado em Vitória, cuja importância reside no embarque de minério proveniente de Minas Gerais.
- . Porto de Ponta do Ubu, terminal de embarque de pellets de minério de ferro, situado no sul do Estado, no Município de Anchieta.
- . Porto de Barra do Riacho (PORTOCEL), exportação de celulose, situado em Aracruz (norte do Estado).
- . Porto de Praia Mole, situado na parte norte da Grande Vitória, servindo a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

O movimento de embarcações está registrado na Tabela 3.10. O Porto de Tubarão desponta com o maior número de embarcações movimentadas em 1982, somente para o embarque de minério de ferro.

O Porto de Vitória é o escoadouro responsável pela exportação e importação de cargas e mercadorias em geral, ao contrário do restante que atuam com cargas específicas. Dessa forma, através desse porto obtém-se a maior geração de frete bruto de carga exportada e importada e o maior fluxo de mercadorias e cargas em geral como mostram as Tabelas 3.11 a 3.22.

De 1981 para 1982 observou-se uma diminuição de 9% (64.803.000 toneladas para 58.697.000 toneladas) no total de carga exportada na navegação de longo curso conforme mostra a Tabela 3.15, enquanto que de 1980 para 1981 o aumento foi de 5% (61.673.000 toneladas para 64.803.000 toneladas). Da mesma forma foi o resultado das cargas importadas que tiveram um aumento de 1980 para 1981 e uma queda significativa de 1981 para 1982.

O frete bruto gerado na navegação de longo curso e cabotagem manteve-se regular de 1980 a 1982, obtendo aumento através da carga exportada e importada na navegação de cabotagem e decréscimo através de carga importada na navegação de longo curso de 1981 para 1982. O minério de ferro a

granel constituiu a carga exportada que mais gerou frete de 1980 a 1981, enquanto que o carvão mineral a granel foi a carga importada que mais gerou esse tipo de receita, conforme mostram as Tabelas 3.19 e 3.20. É importante destacar, através da Tabela 3.17, a participação do frete bruto gerado no Porto de Vitória no total da Região Sudeste; em 1980, só o Porto de Vitória representou 37% (Cr\$ 1.126.248.000) no total da região.

O transporte aeroviário capixaba é servido apenas de 01 aeroporto com movimento, situado em Vitória. O Estado possui também, pequenos campos de pouso na Grande Vitória e no interior. A Tabela 3.23 nos mostra o desempenho do aeroporto local no período 1980/82 e compara o movimento aeroportuário do Estado com os demais da Região Sudeste. Observando o número de passageiros embarcados e desembarcados ao longo desses anos constatase que houve um aumento significativo na taxa de ocupação de aeronaves, tendo em vista que o número de passageiros embarcados e desembarcados cresceu, enquanto os pousos e decolagens foram reduzidos a menos da metade em 1982. Por outro lado a tonelage de carga, embarcada e desembarcada, reduziu-se em 38,5%.

3.3. ENERGIA

O consumo de energia tem crescido significativamente no Espírito Santo nos últimos anos, em função do elevado crescimento urbano e de instalações comerciais e industriais. O suprimento energético que assegura o desenvolvimento e a manutenção da economia local provém basicamente de fora. Os produtos derivados do petróleo, o carvão e a energia elétrica são importados na sua maior parte ou na sua totalidade dos outros estados e do exterior.

A produção de energia elétrica é de responsabilidade da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A e Empresa Luz e Força Santa Maria. No entanto, a energia produzida pelas usinas locais é insuficiente para aten

der a demanda existente. Dessa forma, há um intercâmbio entre a ESCELSA e Furnas Centrais Elétricas S/A, onde esta complementa as necessidades de energia elétrica do Espírito Santo. A Tabela 3.24 mostra as potencialidades das usinas locais no ano de 1980. A usina hidrelétrica de Mascarenhas, está instalada no Rio Doce (norte do Estado) e proporcionou a maior produção de energia em 1980, cerca de 899.229,9 MWH, representando 74,1% do total produzido. Apesar do bom aproveitamento do potencial das usinas hidrelétricas de Mascarenhas, Rio Bonito e Suíça, a ESCELSA recebeu de Furnas em 1980, 1.592,3 GWH, conforme mostra a Tabela 3.25, representando 56,8% do total. É importante destacar o crescimento, entre 1979 a 1980, do intercâmbio com Furnas, o qual foi de 18%, podendo-se concluir que, tendo em vista a redução da energia gerada, pela ESCELSA (-6%), a demanda de energia cresceu, e esta, foi suprida na sua maior parte, de fora do Espírito Santo.

No que se refere aos derivados de petróleo, que conjuntamente com energia elétrica são os energéticos mais consumidos, o Espírito Santo importa a totalidade de suas necessidades, embora sua produção de petróleo seja suficiente para atender sua demanda, caso o Estado contasse com refinaria para processar o petróleo extraído de seu subsolo.

Devido a insuficiência de dados sobre o consumo de lenha, não será feita nenhuma análise sobre sua produção e demanda.

CONSUMO SETORIAL DE ENERGIA

Na análise do consumo setorial de energia (Tabela 3.26), devemos destacar a participação do setor residencial, transporte e industrial que juntos demandaram 92,22% em 1980 e 89,29% em 1983, do total da energia consumida. A atividade industrial sozinha, fica com mais de 50% do total.

Os energéticos mais demandados, foram, pela ordem, derivados de petróleo, eletricidade e lenha.

Os derivados de petróleo tiveram sua participação reduzida de 40,7% em 1980 para 28,5% em 1983, refletindo os efeitos positivos da política de substituição destes derivados por outros energéticos, bem como da redução da atividade econômica que se verificou no país em função da recessão dos primeiros anos da década de 80. Assim, enquanto os derivados de petróleo tinham sua participação reduzida era de se esperar que outras fontes fossem mais utilizadas. No entanto, isto não veio a ocorrer, pois eletricidade e lenha tiveram suas participações mantidas ao nível de 28% e 10%, respectivamente. Outros energéticos tiveram acréscimos no consumo (coque + gases siderúrgicos, carvão vegetal, álcool e gás natural) mas com pequeno peso relativo.

VALOR DA PRODUÇÃO, PESSOAL OCUPADO E ENERGIA CONSUMIDA POR GÊNERO DE INDÚSTRIA

A Tabela 3.27 mostra o setor industrial a nível de gênero de indústria, com a participação no valor da produção, pessoal ocupado e a energia consumida.

Observa-se que o subsetor de metalurgia consome mais de 60% da energia utilizada pelo setor industrial principalmente, as usinas de pelotização, e CST (foram computados os meses finais de 83).

Outros aspectos, no entanto, devem ser observados, tais como:

- . Os produtos alimentares e bebidas, embora não apresentem um grande consumo de energético, no entanto, tem o melhor desempenho a nível de valor da produção com 35,4% e 18,97%, respectivamente.
- . Papel e papelão embora sendo o segundo setor em valor de produção (11,54%), fica com desempenho modesto quando se trata de geração de emprego, ocupando apenas 1,27% da mão-de-obra empregada no setor industrial. É bom observar que ele consome uma boa parcela de energia (18,44% em 1983).

. Metalurgia representou em 1980, 10,41% do valor da produção (não estão computados os valores de produção das usinas de pelotização) gerou 8,73% dos empregos, embora o seu consumo de energético apresente um percentual elevadíssimo, de mais de 60% do consumo do setor industrial, devido principalmente, ao consumo das usinas de pelotização. Os dados de consumo da CST, computados para 1983, foram referentes apenas aos últimos meses do ano. Com o pleno funcionamento da usina pode-se esperar uma participação maior do subsetor metalurgia no consumo de energéticos e no valor da produção.

Para os demais subsetores devem ser destacados os minerais não metálicos (cimento, cerâmica, etc.), madeira e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, na geração de emprego, embora seja de relativa importância a contribuição destes subsetores para o valor da produção industrial.

3.4. COMUNICAÇÃO

Para análise do subsetor de comunicação no Espírito Santo, procurou-se sintetizar as informações básicas nas tabelas 3.28 e 3.29, onde são apresentados os números que retratam o desempenho do subsetor ao longo dos anos de 1982, 1983 e 1984 para Correios, Telégrafos e Telecomunicações e 1978 e 1983 para Imprensa, Rádio e Televisão, Difusão Bibliográfica e Bibliotecas.

Na Tabela 3.28 observa-se que todos os itens apresentam um crescimento de forma modesta, embora constante, excetuando Mensagens Telegráficas Tarifadas onde ocorreu uma queda no período 1982/83, voltando a crescer em 1984 e pessoal ocupado que de um total de 1.694 em 1982, sofreu uma redução para 1.673 em 1983, aumentando para 1.718 em 1984.

No item Municípios Atendidos pelo Serviço Telefônico Urbano e Interurbano constata-se que a totalidade dos municípios capixabas, são atendidos por esse tipo de serviço.

Outro item que deve ser destacado é aquele que se refere aos Terminais Telefônicos instalados e em serviços onde os números mostram que os aparelhos existentes estão aquém das necessidades do Estado, que para uma população em torno de 2 milhões de pessoas em 1984 tinha apenas 108.488 terminais telefônicos instalados e 97.670 em serviço.

Na Tabela 3.29, o primeiro item se refere aos Jornais de Informação Geral que de um total de 37 existentes em 1978 passa a 33 em 1983, embora a tiragem tenha crescido 37,7% no período. No item outros periódicos ocorreu um crescimento tanto no total quanto na tiragem que teve um crescimento espetacular passando de 364.000 para 1.367.000. A instalação de Emisoras de Radiodifusão teve um crescimento bastante acentuado, de mais de 100%, enquanto a teledifusão permaneceu estável com um número de 03 emisoras instaladas. No parque Editorial de Livros e Folhetos constatou-se a existência de apenas uma empresa em 1983. Para as Bibliotecas só se dispôs de dados para 1983, registrando a existência de 219 unidades. Para os cinemas houve uma queda de 30%, passando de 44 em 1978 para 31 salas de espetáculos em 1983. Finalmente o último item registra a existência de apenas 03 teatros em todo o Estado nos dois períodos considerados.

3.5. EDUCAÇÃO

A educação enquanto condicionante do desenvolvimento técnico-científico é um importante fator determinante do desenvolvimento econômico de uma região. Por outro lado, a educação cria e desenvolve o fator social à medida em que possibilita a conscientização política, social e econômica de uma sociedade. Desta forma, uma educação deficiente cria obstáculos ao desenvolvimento, tanto econômico quanto social, difíceis ou quase impossíveis de serem superados.

Numa análise da educação estadual não se pode deixar de considerar que o Espírito Santo é um Estado de população jovem, apresentando grande parte de seus habitantes entre os 07 e os 18 anos. Esta parcela da população representa uma demanda nominal que deveria ser completamente integrada ao sistema educacional. Porém, é um fato óbvio que isto não ocorre. Grande parte da população em faixa etária escolarizável encontra-se fora das escolas, desta forma o sistema educacional apresenta um déficit em todo o Estado e mostra-se numa situação alarmante em todas as zonas rurais.

De maneira geral, as zonas rurais são menos favorecidas em termos de educação do que as zonas urbanas. Vários são os obstáculos ao desenvolvimento da educação nesta área. À primeira vista observa-se que a baixa concentração populacional e o grande fluxo migratório fazem cair expressivamente a demanda por matrículas escolares, inibindo a instalação de escolas particulares e deixando o ensino na zona rural quase que completamente entregue ao setor público. Por outro lado, as grandes distâncias entre as moradias e as escolas e a necessidade de entrar cedo no mercado de trabalho fazem com que a demanda real só seja expressiva até a 4ª série do 1º grau, onde garante-se à criança alfabetização considerada suficiente.

A zona urbana por sua vez, também apresenta suas dificuldades. A grande densidade populacional ajudada pela demanda de estudantes da zona rural, bem como a queda da capacidade de absorção das escolas ocasionam, à longo prazo, um superaproveitamento da capacidade instalada, o que tenderia a ocasionar uma queda no nível de ensino.

Em suma, observa-se em todo o Estado uma diferença entre a demanda nominal e a população efetivamente matriculada nas escolas em todas as faixas etárias escolarizáveis e em todos os níveis educacionais. A relação entre a demanda real e a demanda nominal no Estado, denominada de taxa de escolarização, apresenta-se de maneira geral muito aquém do desejado.

Entretanto deve-se observar que na faixa etária dos 07 aos 14 anos a taxa de escolarização mostra-se de maneira geral relativamente satisfatória, visto o esforço do Governo em incentivar o ensino de 1º grau, regularmente oferecido à esta faixa etária, sobretudo na zona urbana. Por esta razão o descompasso encontrado entre a zona rural e a zona urbana nesta faixa etária é muito grande. Enquanto na zona urbana a taxa de escolarização é expressivamente alta, na zona rural o problema apresenta-se grave e a parcela da população nesta faixa etária fora das escolas é grande.

Porém, esta faixa etária é a única que apresenta a taxa de escolarização satisfatória. Na faixa etária de 15 aos 18 anos, que deveriam regularmente cursar o 2º grau, é pequena a demanda real. Observa-se ainda, que da população nesta faixa etária efetivamente matriculada nas escolas, uma considerável parcela sobrecarrega o ensino de 1º grau, ocasionando uma defasagem idade-série. Se a situação no ensino nesta faixa etária já é preocupante na zona urbana, torna-se caótica na zona rural, cuja quase inexistência de ensino regular que atenda as necessidades do campo, tipo escolas agrícolas, ocasionam um êxodo das escolas.

Como consequência da deficiência de ensino no 1º e 2º graus e ajudado pelo estrangulamento causado pelo vestibular e pela reduzida oferta de vagas nas universidades do Estado, o ensino superior mostra-se insuficiente para atender toda a população acima dos 18 anos. É assombroso o número de pessoas entre os 18 e os 25 anos fora das universidades.

Entretanto, deve-se considerar que o déficit educacional do Estado não é causado por uma incapacidade da rede física instalada em atender à demanda nominal. A oferta feita através das redes oficiais, constituída pelas redes federal, municipal e estadual, e da rede particular são mais do que capazes de absorver a demanda nominal do Estado, se utilizadas em 02 turnos diurnos e 01 turno noturno.

É interessante observar que as unidades escolares de 1º e 2º graus estão

em sua maioria localizados na zona rural, embora através do número de salas de aula verifica-se que a oferta de escolarização é maior na zona urbana.

A subutilização da capacidade instalada é decorrente, sobretudo, da baixa pressão da demanda. Conclui-se portanto, que falta incentivos reais que evitem o êxodo das escolas e popularizem a educação nas zonas urbanas, e um melhor aproveitamento da rede instalada nas zonas rurais bem como a implantação de novas escolas que atendam as necessidades do campo e a conservação das já existentes. Um dos maiores problemas para a educação estadual é a necessidade da maioria das crianças de penetrar cedo no mercado de trabalho e a dificuldade de conciliar esta necessidade de maior com a necessidade da educação. Por esta e muitas outras razões o sistema educacional do Estado apresenta um déficit tão elevado, que em última análise inibe ou pelo menos dificulta o desenvolvimento sócio-econômico estadual.

3.6. SAÚDE⁴

A saúde é definida pela Organização Mundial de Saúde como o **completo estado de bem estar físico-mental e social, e não apenas a simples ausência de doenças**. Dessa forma um diagnóstico do setor saúde do Estado teria que analisar não somente as variáveis representativas dos níveis de saúde da população do Estado, mas também, e com a mesma importância, as variáveis representativas da posição sócio-econômica dessa população. Contudo, as dificuldades inerentes à escassez de informações disponíveis, principalmente no que diz respeito a distribuição da renda da PEA regional, impede uma análise articulada entre essas informações e os dados de saúde.

Assim, a análise do setor saúde, abordará apenas as características gerais da saúde da população do Espírito Santo.

⁴Diagnóstico de Saúde, junho/86 - Secretaria de Estado da Saúde.

O grande êxodo rural e a conseqüente migração da população para as áreas urbanas, a percepção de baixos salários, produzem deficiências alimentares e aceleram os problemas de habitação dos centros urbanos. Tudo isso contribui para uma alimentação deficiente e para a ocorrência de doenças transmissíveis que têm no saneamento o seu controle.

A situação sanitária do Estado do Espírito Santo não difere das condições gerais do Brasil. Apesar de estar localizado na Região Sudeste, apresenta um perfil semelhante ao do Norte e Nordeste, carecendo de recursos federais e de organismos de desenvolvimento regional específico.

É o Estado de menor concentração urbana da Região Sudeste. Tem uma população de 2.344.000 habitantes (junho/86) e apresenta o maior coeficiente de natalidade da região (31,8 por mil). É uma população jovem onde 25% são menores de 10 anos, sendo que em todas as faixas etárias há pequeno predomínio do sexo feminino.

Segundo dados da Secretaria Executiva da Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS), cerca de 84% do atendimento ambulatorial é realizado pelo setor público, 13,5% por Sindicatos e Entidades Filantrópicas e 2,5% pelos serviços contratados.

A rede pública estadual dispõe de 446 consultórios, sendo 354 da SESA (Secretaria de Saúde) e 92 da rede do IESP (Instituto Estadual de Saúde Pública), com um potencial em relação a capacidade instalada para atender 98,2% da população do Estado. Apenas 04 municípios tem potencial de capacidade instalada abaixo de 50% das necessidades.

A rede da SESA dispõe de potencial em relação a recursos humanos de 36,3% das necessidades de consultas médicas para a população do Estado.

Existem incorporados às Ações Integradas de Saúde 11 hospitais do Governo Estadual, 02 hospitais universitários, sendo 01 da Universidade Federal do Espírito Santo e 12 entidades Filantrópicas. No entanto, 45% das in

ternações são realizadas pela rede particular contratada.

O número de leitos por mil habitantes no Estado do Espírito Santo é de 2,98, índice muito baixo se considerarmos que o preconizado pelas Ações Integradas de Saúde é de 4,5 por mil habitantes.

A rede de serviços básicos da SESA é composta de 05 tipos de unidades de acordo com a área física, em função da população e do grau de complexidade dos serviços instalados que são: Centro de Saúde, Unidades Sanitárias (3 tipos) e Unidade Sanitária Rural.

Essa rede de Unidades Sanitárias, ficou praticamente inalterada durante toda a década de 1970. A partir de 1980, a rede física de unidade foi aumentada em consequência da implementação de uma política de saúde a nível Federal - Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento.

Observa-se que apenas 12 municípios dispõem de assistência odontológica estadual e 06 municípios não tem equipamentos para realização de qualquer tipo de exame.

Percebe-se, dessa forma, as limitações do sistema de oferta de serviços de saúde e a necessidade de sua maior adequação às reais demandas da população, equipando as unidades de saúde de recursos necessários ao desenvolvimento de programas de medicina preventiva e prestação de assistência médica mais adequados.

3.7. HABITAÇÃO

O problema habitacional no Espírito Santo começou a ser enfrentado de forma sistemática a partir da criação do Sistema Financeiro da Habitação, que tem como órgão executor, a nível federal, o Banco Nacional da Habitação. A nível estadual a política habitacional é implementada pela COHAB (inicialmente COHAB-VT, quando foi instituída em 1965, vinculada à Prefeitura de Vitória e posteriormente COHAB-ES, que a partir de 1975 ficou subordinado à Secretaria do Bem Estar Social) e pelo INOCOOP-ES instituído em 1968.

O SFH foi criado com o objetivo de coordenar as ações dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada no intuito de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente para as classes da população de baixa renda.

Assim, foram criados diversos programas visando a solucionar o déficit habitacional no Estado, que hoje é de 42%*, considerado dentro deste quadro todo tipo de subabitação, ou seja, domicílios rústicos, falta de saneamento básico, número excessivo por cômodo, etc.

O programa PROMORAR tem como finalidade erradicar, substituindo por novas moradias, as subabitações destituídas de condições mínimas de serviços, entendendo-se por subabitações as palafita, mocambos, favelas, invasões, etc. Tal programa prevê a comercialização e/ou produção de unidades habitacionais, implantação de infra-estrutura, equipamentos comunitários e de programas de desenvolvimento comunitário.

O programa FICAM tem como finalidade a concessão de empréstimos aos agentes financeiros para promover a construção de habitações em terrenos próprios ou

*Estimativa preliminar.

a serem adquiridos pelos beneficiários finais, melhorias de imóveis próprios dos mutuários e aquisição de imóveis com até 180 dias de habite-se.

O PROFILURB é um programa tradicional das companhias de habitação. Tem como finalidade a produção e comercialização de habitações e de lotes urbanizados na faixa de interesse social (01 a 05 SM), bem como a construção de infra-estrutura comunitária.

As **cooperativas habitacionais** têm como finalidade a produção e comercialização de unidades habitacionais, a preço de custo, visando atender aos seus associados.

O PROSIND é uma derivação do programa anterior, tendo como objetivo o acesso à casa própria de profissionais sindicalizados que ganham no máximo 06 SM.

Ao todo, COHAB e INOCOOP-ES produziram, até 1986, um total de 62.653 unidades habitacionais, sendo 33.849 pela Companhia Habitacional e 28.804 pelas Cooperativas, conforme mostram as tabelas 3.30 e 3.31.

A nível de projetos a COHAB está, presentemente, com 11.213 unidades aprovadas e 7.405 em análise junto ao BNH, enquanto no INOCOOP encontram-se 444 unidades em execução e 5.365 projetadas.

No que se refere ao desempenho do BNH, no Espírito Santo, até 1986, registrou-se um total de 100.561 unidades financiadas, envolvendo recursos da ordem de 74.849.651 UPC's, conforme mostra a tabela 3.32.

Infelizmente não dispomos de dados atuais sobre os domicílios no Espírito Santo, ao nível de informação apresentado pela FIBGE no Censo Demográfico de 1980. No entanto para aquele ano foram registrados 418.821 domicílios, com um total de 1.999.353 pessoas representando 4,8 pessoas por

domicílio. Considerando que a população do Estado está hoje em torno de 2.400.000 habitantes e permanecendo, o mesmo número de pessoas por domicílios é de se supor que o número de domicílios hoje no Estado é de 500.000. Como o SFH financiou 100.561 unidades habitacionais, podemos estimar que 20% dos domicílios capixabas foram construídos com apoio dos órgãos governamentais.

As características e utilidades existentes nos domicílios conforme mostram as Tabelas 3.33, 3.34 e 3.35, que nos permitiriam uma análise atual de aspectos sócio-econômicos só estão disponíveis até 1980. observamos que naquele ano, de 418.263 domicílios permanentes, 392.186 (98,8%) eram construídos com materiais classificados como duráveis e 25.925 (6,2%) foram classificados como rústicos, indicando uma melhoria acentuada nas características físicas dos imóveis sobre aqueles existentes em 1970, onde os domicílios duráveis representavam 69,3% do total e os rústicos 30,7%. O único item que teve desempenho negativo foi o que relaciona os domicílios improvisados que de um total de 273 em 1970 passam para 1.131 em 1980.

Os demais parâmetros mostram que de 1970 para 1980 houve melhorias significativas nas condições sócio-econômicas de uma parcela significativa da população capixaba. Registrou-se maior participação de lares com energia elétrica, esgoto sanitário e abastecimento de água, bem como o crescimento do uso de fogão a gás, dos eletrodomésticos e da relação do número de automóveis por domicílio, que triplicou no período.

3.8. SANEAMENTO

O entendimento do problema habitacional foi ampliado, em 1968, para uma perspectiva que veio mais tarde abranger todo o desenvolvimento urbano, criando-se então o Sistema Financeiro de Saneamento - SFS. A partir de 1970 implantou-se o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, tendo como

meta eliminar o déficit até então existente quanto ao abastecimento d'água e obter um atendimento permanente de pelo menos 80% da população urbana do país em 1980. O SFS mobiliza, além do BNH, os Fundos de Água e Esgotos - FAE geridos pelos bancos oficiais dos Estados. Esse sistema possibilita o atendimento a núcleos urbanos, através do financiamento da implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento d'água. Os principais recursos originam-se do FGTS, próprios do BNH, externos e do FAE.

Embora exista toda uma política de saneamento a nível nacional, o que se observa é que o Espírito Santo carece de medidas mais arrojadas de forma a minorar os problemas de abastecimento d'água, esgotos sanitários e limpeza urbana.

Os Quadros 3.36 e 3.37 mostram a situação do saneamento básico, água e esgoto, do Estado por município e região.

A região de Vitória, que abrange 21 municípios, tem uma cobertura de 78% de sua população abastecida com água e 10% com rede de esgoto. Para a região de Colatina, com 16 municípios, o abastecimento d'água chega a apenas 42% da população e a rede de esgoto a 10%. A região de Cachoeiro de Itapemirim, abrangendo 21 municípios, apresenta uma situação onde 50% da população recebe os serviços de abastecimento d'água e 23% é atendida com rede de esgoto.

Nesses municípios o saneamento básico beneficia 245 localidades, dando uma cobertura, em termos populacionais, de 66% abastecida com água e 16% em rede de esgoto.

Dos 58 municípios do Estado, a Fundação SESP atende hoje 14 municípios, perfazendo um total de 101 localidades atendidas, sendo que a cobertura da população abastecida em água é de 58% e em rede de esgoto de 30%.

A Companhia Estadual de Saneamento - CESAN, atende 39 municípios, onde são beneficiadas 129 localidades, com uma cobertura de 71% em abastecimento d'água e 10% em rede de esgoto.

A Secretaria de Saúde - SESA, atende a 05 municípios, sendo que os dados da Tabela 3.38 apresentam informações de apenas 02 municípios, onde 26% da população é atendida com o abastecimento d'água e 24% com rede de esgoto.

Deve ser ressaltado que a maioria dos sistemas de esgotos sanitários existentes não inclui o tratamento e disposição final adequada, podendo-se concluir que, além do atendimento abranger uma pequena parcela da população, mesmo assim ele é feito de forma indevida.

Na área de limpeza urbana, a cargo das prefeituras municipais, observa-se que a coleta, acondicionamento e destinação final do lixo (resíduos sólidos) quase sempre é feita de forma precária, sem maiores cuidados com a saúde pública e preservação do meio ambiente. O lixo, na sua destinação final, é depositado na periferia das cidades a céu aberto, sendo uma constante ameaça à saúde dos moradores mais próximos.

4.

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

4.1. HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO

O Espírito Santo não fugiu ao modelo de ocupação de terras ocorrido no território brasileiro, iniciando sua colonização nas áreas próximas à costa. De fato, as primeiras regiões povoadas foram as de: Vitória, Presidente Kennedy, Piúma, Anchieta, Guarapari, Fundão, Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra; todas elas situadas no litoral. A ocupação do interior do Estado se deu num ritmo muito lento, causado no início pela inospitalidade de seu território (serra, índios e doenças) e, mais tarde, pelo interesse da Coroa em utilizar a província como uma barreira de proteção para as **Minas Gerais** (evitando assim invasões e contrabandos de ouro). O processo de interiorização só se intensificou a partir do final do século XIX com a expansão da cultura cafeeira, quando o impulso pioneiro que se tornou conhecido como a marcha do café, trouxe para o Estado cultivadores do sul fluminense e do oeste mineiro à procura de terras virgens próprias ao cultivo do café. Foi uma época de desmatamento, abertura de estradas e criação de vilas.

De fato os dados da Tabela 4.01 nos mostram que a população cresceu enormemente a partir de meados do século passado, chegando a aumentar em mais de 09(nove) vezes entre 1856 e 1920. No período que vai de 1856 a 1872 o contingente de escravos quase que foi duplicado; era a época da marcha do café. Mais tarde, em consequência de uma política de colonização adotada pelo governo imperial, chegaria às nossas terras um grande número de imigrantes europeus que supriram à lavoura a força de trabalho que se escasseara após a abolição da escravatura. A população estrangeira, que era de 4.191 pessoas em 1872 passa a ser de 32.936 em 1900.

Os imigrantes se concentraram na região serrana, notadamente nos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Tereza. Em 1847 surge a colônia de Santa Isabel, no atual município de Domingos Martins,

formada por imigrantes alemães. Santa Leopoldina, criada dez anos mais tarde, era, também, uma colônia de alemães. A chegada dos imigrantes italianos se deu um pouco mais tarde, a partir de 1875. Localizaram-se principalmente na região de Santa Tereza e nos seus arredores. Posteriormente a colonização italiana foi se expandindo chegando no final do século ao rio Doce, na área de Colatina.

Estabelecendo-se em pequenas propriedades os imigrantes desbravaram o interior do Estado, e após dificuldades iniciais, conseguiram produzir uma alimentação simples e abundante. Tendo em vista as necessidades de mão-de-obra para cultivo da lavoura cafeeira, eles constituíram famílias numerosas e contribuíram para o rápido crescimento demográfico do período.

Os cultivadores de café foram portanto os principais colonizadores do nosso Estado. À proporção que o solo ia se esgotando, eles iam se deslocando, ocupando novas regiões. Em 1916 ultrapassaram o rio Doce, via Minas Gerais, e em 1928, com a construção da ponte sobre o mesmo rio, em território espíritossantense, tiveram acesso às terras da bacia do rio São Mateus e ao norte do Estado.

Dentro deste contexto fica explícito o papel determinante da expansão da fronteira agrícola no processo de povoamento do Espírito Santo, e, se observarmos a elevada percentagem de descendentes de italianos e alemães na população capixaba cerca de 50%, constataremos também a importância do papel desempenhado pelos colonos europeus neste processo.

4.2. A SITUAÇÃO ATUAL

A evolução demográfica do Estado do Espírito Santo foi irregular, conforme mostra a Tabela 4.02. Até 1960 houve um crescimento contínuo, reforçado na década de 50 pelo boom do café, que provocou um fluxo migratório dos estados vizinhos. A partir de 1960 ocorre um refluxo, causado pela erradicação dos cafezais.

O período de monocultura do café apresentava um quadro de população predominantemente rural, uma economia urbana débil com algumas indústrias de gêneros tradicionais (alimentos, madeira, bebidas, etc...), e um terciário pouco especializado, que tinha como dinâmica maior a comercialização do café. Esta estrutura seria profundamente alterada nos anos seguintes.

O café, que num primeiro momento provoca a ruralização da população, vai em seguida, devido às sucessivas crises do setor, levar a um êxodo rural. De fato, dos 53 municípios do Espírito Santo, 23 tiveram sua população diminuída na década de 60. Uma parte deste contingente, aproximadamente 125 mil pessoas, dirigiu-se para a Grande Vitória, outra parte, em torno de 80 mil pessoas, deixou o Estado.

As taxas médias de crescimento anual da população, mostradas na Tabela 4.03, colocam em evidência o período de grande crescimento populacional entre 1950 e 1960, e o período de estagnação entre 1960 e 1970. A década de 60 presencia também uma alteração da distribuição da população por situação de domicílio. A população urbana que representava 28% da população estadual em 1960, passa, em 1970, a deter 45% deste total, percentuais que retratam bem a dimensão do esvaziamento das áreas rurais ocorrido neste período.

Como já foi visto anteriormente, a região de Vitória atraiu uma grande parte do contingente migratório proveniente do interior devido ao êxodo rural provocado pela erradicação dos cafezais. Este êxodo rural se explica pela frustração da política governamental de diversificar a agricultura, e, em consequência, pela ocupação de grande parte das terras liberadas com a pecuária, atividade que requer muito pouca mão-de-obra. Neste contexto, a capital constituía um pólo de atração importante, ainda mais que, uma política de diversificação da base econômica, implantada pelo Governo Estadual na época, culminou com um processo de industrialização localizado principalmente na região central do Estado, nas proximidades da capital. Essa centralização dos investimentos exigiu a formação rápida de um amplo mercado de trabalho que, aliado às condições de decadência da agricultura, transformaria Vitória e seus municípios limítrofes

na direção preferencial dos fluxos migratórios.

A urbanização da população fica mais acentuada em 1980, com 64% desta habitando os centros urbanos. Ao lado da Grande Vitória, que se consolida como centro industrial e de serviços especializados, vê-se o aparecimento de centros importantes como São Mateus e Linhares ao norte, e a reestruturação dos áreas internas das regiões de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina, que se reafirmam como cidades regionais, porém em condições bem diferentes.

A cidade de Colatina, muito embora tenha sido uma das mais populosas do Estado, na época do auge do café, não acompanhou o crescimento dos outros centros urbanos, a despeito de sua localização ao longo da estrada de ferro Vitória-Minas. A estagnação que aí se apresentou por volta de 1970 é atribuída não só a decadência da cultura do café e ao esgotamento das reservas madeireiras da região, mas também à ausência de um processo de industrialização local. A cidade era muito dependente da comercialização e, principalmente da comercialização do café. Posteriormente Colatina apresentou uma retomada econômica, de uma parte devido à conjuntura internacional favorável ao café e também devido à diversificação de suas atividades. Passa a concentrar a produção de carne da região e a desenvolver uma indústria de confecção. No entanto, ela já não detém a importância populacional de outrora, cedeu seu lugar a Cachoeiro de Itapemirim e a Linhares.

Cachoeiro de Itapemirim desenvolve-se, e o Censo de 1980 a indica como a segunda maior cidade do Estado. Seu crescimento é explicado pela manutenção da forte atividade pecuária e pelo incremento das indústrias minerais; enquanto que a intermediação da produção agrícola, seu papel tradicional, perde importância e quase que desaparece. Sua base econômica é a produção industrial e a prestação de serviços. É esta aliás a principal ligação efetiva com a região do seu entorno, a oferta de bens e serviços especializados, complementares às cidades locais da região.

Linhares tem seu crescimento explicado pela expansão da fronteira agrícola, num primeiro momento, e pelo reflorestamento num segundo momento. De fato, com a entrada do grande capital agroindustrial e agrário, ao longo da BR 101 Norte, Linhares passa a oferecer comércio e serviços sofisticados, cujo mercado é do grande capital localizado no norte do Estado. Além disso sua proximidade de Aracruz faz com que ela receba influência da dinâmica do município, com sua indústria de celulose de grande porte e a existência de uma classe média forte devido à renda monetária gerada.

O litoral norte do Estado é área de penetração das culturas ligadas à indústria moderna, cana e eucalipto. O eucalipto como matéria-prima para a Aracruz Celulose e carvão vegetal destinado às siderúrgicas mineiras, e a cana dentro do programa de expansão do Pró-álcool. Essa região apresenta ainda áreas de grandes fazendas de pecuária e cacau, e de culturas modernas como pimenta do reino, mamão, etc... altamente rentáveis, produzidas sob relações tipicamente capitalistas, ou seja, o assalariado temporário. Esta forma de relação de produção se reflete no surgimento de um grande número de povoados de bóias-frias ao longo da BR 101 e na inchação da cidade de São Mateus. De fato as novas culturas, em grande escala, que se instalaram na região passaram a demandar uma massa de trabalhadores que não se constitui apenas de ex-proprietários e parceiros desapropriados. Atraiu população, principalmente do Sul da Bahia, que se fixaram tanto em São Mateus, como fizeram nascer uma série de pequenos povoados que outra função não têm a não ser de servirem de moradia para os bóias-frias. As cidades dessa região são basicamente locais de moradia para trabalhadores rurais.

Se verificarmos as Tabelas 4.04 e 4.05, que mostram a evolução da população dos municípios capixabas, veremos a comprovação dos fenômenos discutidos acima.

Os municípios que constituem a região da Grande Vitória: Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória incharam enormemente a partir de 1960. Alguns apresentaram percentuais surpreendentes, como o município de Cariacica, que cresceu 154% entre 60 e 70, e o município da Serra que cresceu

378% entre 70 e 80. Vale a pena chamar a atenção para o crescimento constante do município de Cariacica nestes últimos períodos censitários, o que faz com que hoje sua população se equipare com a dos municípios de Vila Velha e de Vitória.

Os núcleos urbanos mais importantes em 1980, Cachoeiro, Linhares, Colatina e São Mateus, confirmam suas posições em 1985, segundo dados estimados pelo FIBGE, conforme Tabela 4.04.

Quanto à distribuição espacial da população tudo indica que a ocupação do território estadual possui contornos semelhantes ao dos três primeiros séculos de colonização do Espírito Santo, quando o interior permanecia vazio e o litoral era quase todo ocupado. De fato além da concentração de 38,5% da população estadual na região da Grande Vitória, vemos que há, ao longo da costa, um grande número de municípios com forte dinâmica de crescimento. Os casos de São Mateus, Linhares e da região de Itapemirim, já foram mencionados. Vale a pena ressaltar aqui, a dinâmica de Aracruz e de Guarapari. Aracruz, município já consolidado, girando em torno da fábrica de celulose e das plantações de eucalipto, e que já havia crescido 35% entre 1970 e 1980, apresentou um acréscimo populacional de 23% nos últimos cinco anos. Já Guarapari, balneário tradicional há muitos anos, vem expandindo suas atividades, polarizando os municípios vizinhos, e aumentando substancialmente sua população, 59% de acréscimo entre 70 e 80 e 23% entre 80 e 85.

A densidade demográfica do Estado em 1980 foi de 44,37 habitantes por km², o que é superior à do Estado de Minas Gerais (22,96 h/km²), mas inferior à medida da Região Sudeste. Vale ressaltar que a média da Região Sudeste (56,31 h/km²) é bem superior a outras regiões, como a da Região Norte por exemplo (1,65 h/km²), visto que é na Região Sudeste que se encontra os estados mais populosos do Brasil - e em particular o de maior densidade demográfica do país que é o Rio de Janeiro com 260,74 h/km². No Espírito Santo, a distribuição da população não é homogênea. A região da Grande Vitória comportava em 1980, 483,4 h/km², enquanto que os municípios de Mucurici e Ecoporanga apresentavam densidades demográficas bem inferiores, em torno de 10 a 15 h/km².

4.3. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA

Na Tabela 2.03 tem-se a evolução da população economicamente ativa no período 1960/70/80, onde se pode destacar dois períodos bem distintos marcados por fatores opostos ocorridos na economia estadual.

Primeiro é o período de 1960/70 onde se observa que a PEA teve um crescimento modesto, refletindo um período de grandes transformações econômicas ocasionadas principalmente pela erradicação dos cafezais improdutivos. Como foi mencionado anteriormente, este fato gerou um êxodo rural ocasionando a expulsão de um contingente expressivo da população rural para os grandes centros urbanos, como a Grande Vitória, bem como uma migração para outras regiões do país. Assim, o setor primário que participava em 1960 com 68,1 da PEA total, cai para 53,0% em 1970. Por outro lado os setores secundário e terciário foram o escoadouro natural desta mão-de-obra liberada do campo, com crescimentos que refletem esta situação, com o secundário passando de 5,7% para 13,7% e o terciário de 26,2% para 33,3%.

O segundo período, 1970/80, apresenta características bem diversas da anterior, com um crescimento acentuado da PEA de 56,6%, passando de 453.787 para 710.605 pessoas, reflexo de uma economia em franca expansão, com taxas médias de crescimento da renda acima de 10%, conforme mostra a Tabela 2.29. Este desempenho não difere daquele que ocorreu na economia brasileira, principalmente na primeira metade da década. Dentro deste quadro, o setor secundário tem um crescimento de 143% enquanto o terciário praticamente dobra a sua população economicamente ativa.

5.

O MEIO AMBIENTE

O Estado do Espírito Santo localiza-se na Região Sudeste do Brasil entre os meridianos 39°40' e 41°55' de longitude a oeste de Greenwich e entre os paralelos 17°45' e 21°24' de latitude sul.

Limita-se ao norte com o Estado da Bahia, ao sul com o Estado do Rio de Janeiro, a oeste com o Estado de Minas Gerais e a leste com o Oceano Atlântico.

Com uma superfície de 45.761 km², o Estado foi dividido pela FIBGE em oito regiões geográficas, a saber: Alto São Mateus, Colatina, Baixada Espírito Santense, Colonial Serrana Espírito Santense, Vitória, Vertente Oriental do Caparaó, Cachoeiro de Itapemirim e Litoral Sul Espírito Santense.

Recentemente⁵, para efeito de planejamento e ação, foi dividido em cinco regiões definidas como áreas geográficas caracterizadas e associadas cada uma delas, a um polo urbano principal, a saber: Vitória, Colatina, Nova Venécia, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.

5.1. REGIÃO I - VITÓRIA

Com uma superfície de 9.555 km², que representa 20,96% da área total do Estado, a região I localiza-se na área central englobando 15 municípios. Limita-se ao norte com as regiões II e IV, ao sul com a região V, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o Estado de Minas Gerais.

⁵Decreto nº 1.371 - N. de 30/11/79.

Apresenta três grandes domínios geomorfológicos. **A Zona Serrana** que se encontra a oeste da região, e caracteriza-se pelos planaltos cristalinos de origem arqueana com alguns aglomerados de cristais de rocha (pedras coradas, ouro, calcário, mica, mangânes e monazita) utilizados na construção civil e estatuária. O solo predominante é o latossolo mas aparecem também terras roxas com boa fertilidade para hortifrutigranjeiros.

A Zona dos Tabuleiros Terciários encontra-se numa faixa estreita entre o litoral e a serra no sentido norte-sul. É formada por terrenos que assemelham-se a planaltos, terminando geralmente de forma abrupta. Os solos são de baixa fertilidade e encontram-se muito desgastados devido a intensidade de seu uso sem práticas conservacionistas, contribuindo substancialmente para o seu empobrecimento e conseqüentemente para o aparecimento de erosão; é a zona produtora de banana.

A Zona de Planícies e Terras Arenosas do Interior localizam-se em áreas dos municípios litorâneos da região e em algumas áreas de interior e são formados por aluviões marinhos. Os solos são aproveitados para culturas tipicamente tropicais: frutas, hortaliças e cereais.

O modelo montanhoso é o característico de toda essa região com destaque para o aparecimento de rochas tipo **Pão-de-Açúcar**.

A declividade do terreno é significativa onde em cerca de 64% da região está acima de 30%.

O clima dessa região está intimamente ligado à variação de seu relevo, aparecendo tanto o clima tropical (tipo A), como o mesotérmico (tipo C). A temperatura varia de 16° a 24°C. E a precipitação média anual é de 1.500 a 1.750 mm³.

O potencial hidrográfico dessa região é grande, apresentando inúmeros rios e córregos. Ao norte situam-se as bacias do rios Timbuí e Reis Magos que desaguam no Oceano Atlântico e a bacia do rio Santa Maria está acima de 30%.

Na bacia do Rio Santa Maria da Vitória estão instaladas as usinas hidrelétricas de Rio Bonito e Suíça.

Também, com grande importância na região, situam-se as bacias do Rio Jucu e Benevente onde localiza-se a Usina Hidrelétrica de Jucu.

Na grande maioria dos cursos d'água dessa região existem potencialidades para instalações de hidrelétricas, bem como para a implantação de projetos de irrigação. Estas condições podem ser de grande utilidade para os produtores rurais melhorando substancialmente o aproveitamento de suas terras.

A floresta primitiva que cobria a região está em quase sua totalidade devastada, devido a exploração indiscriminada dos recursos naturais. As áreas que restaram restringem-se basicamente às reservas florestais de Nova Lombardia e Santa Lúcia no município de Santa Tereza, e de Duas Bocas no município de Cariacica.

5.2. REGIÃO II - COLATINA

A Região Programa II localiza-se no centro-oeste do Estado, compreende seis municípios. Possui uma área total de 566.000 ha correspondente a 12% da área total do Estado. É a menor das cinco regiões.

Limita-se ao norte com a região de Nova Venécia, ao sul com a região I - Vitória, a leste com a região de Linhares e a oeste com o Estado de Minas Gerais.

O solo predominante é o latossolo, de boa fertilidade, encontrado normalmente em relevo montanhoso.

O relevo é fortemente ondulado apresentando variações abaixo da cota dos 100m no vale do rio Doce, e até 800 m nos picos mais elevados. Localizados ao sul da região.

Essa região é interiorana, quase totalmente incluída na bacia do Rio Doce, apresentando como característica bastante uniforme a paisagem de mar de morro, onde destaca-se um dos grandes domínios geo-morfológico estadual - a zona Serrana (origem arqueana ou pré-cambriana).

Existem na região vários tipos de minerais: rochas gnaissicas e graníticas, águas-marinhas, argila, feldspato, mica, magnezita, granito, etc.

A quase totalidade dessa região situa-se em zona tipicamente tropical. Faz exceção o extremo noroeste e uma pequena área do extremo sul onde o clima é do tipo mesotérmico de tipo A e C (classificação KOEPEEN).

Esta região, é dentre as demais, a que apresenta o menor índice pluviométrico e grande parte de sua área está sujeita a um regime de chuvas de cerca de 1.000 mm³ anuais. Essas isoietas são paralelas ao rio Doce e particularmente abarcam toda a região.

As isoterms anuais caracterizam-se também pelos contrastes condicionados pelo relevo. No extremo sul, nas zonas serranas, registra-se a média de 18°C. Nas margens do rio Doce, a temperatura média gira em torno de 23°C. Ao norte do rio Doce ocorre maior uniformidade 21° e 22°C.

A rede hidrográfica é formada pelo rio Doce e por seus vários afluentes dos quais se destacam o rio Guandu, o Santa Joana e o Santa Maria na margem sul e o Mutum, São João e Pancas na margem norte. Destaca-se, ainda, o rio Moacir Avidos, que corre paralelo ao rio Doce e é o principal formador da Lagoa de Juparanã, no município de Linhares.

O potencial hidrelétrico dessa região é bem aproveitado por meio das usinas de Mascarenhas, no rio Doce e de Guandu, em Baixo Guandu. Existe potencial hidrelétrico para pequenas usinas em rios de menor vazão que contam com diferenças de níveis consideráveis.

A floresta de Tabuleiros era a cobertura vegetal primitiva, que se enten dia pelas margens do rio Doce, ultrapassando as divisas estaduais. Ao passar das baixas altitudes dos vales para as encostas das serras e pos teriormente para as chapadas serranas, a fitofisionomia se modificava e a floresta dos tabuleiros cedia lugar a floresta Atlântica típica.

A peroba do campo, os cedros, etc, foram totalmente devastados, restando atualmente, poucas áreas florestadas. As pastagens substituíram as florestas e as culturas agrícolas em grande parte, totalizando hoje, uma área de cerca de 54% do total, enquanto as florestas remanescentes, na sua quase totalidade exploradas ou semi-exploradas, representam apenas 11% da área da região.

As matas naturais que, em 1975, ocupavam 56.269 ha (11,5% da área total ocupada da Região), tiveram no período 1970/75, um decréscimo de 33,2%.

5.3. REGIÃO III - NOVA VENÉCIA

A Região Programa III localiza-se a noroeste do Estado, compreendendo oito municípios. Tem uma área total de 9.906 km², que corresponde a 21% da área estadual.

Limita-se ao norte e a oeste com o Estado de Minas Gerais, ao sul com a Região de Colatina e a leste com a Região de Linhares.

Os solos do tipo latossolos são os predominantes desta região. São de fertilidade média e levemente ácidos. No entanto, já ocorrem solos degra dados graças ao manuseio da terra de forma indevida.

Existem bastante afloramentos rochosos (graníticos) do tipo **pão-de-açúcar**.

Tem dois grandes domínios geomorfológicos: a Zona Serrana, representada pelos patamares da encosta meridional da Serra dos Aimorés e a Zona dos

Tabuleiros terciários que são pouco acidentados e com declividades suas.

Além das rochas gnaissicas e graníticas que ocorrem em toda região, existem pedras coradas e preciosas.

O clima é tropical, quente e com seca. A precipitação média anual é de 1.250 mm³. A temperatura média varia desde 21°C nos locais de altitude elevada, aumentando na medida em que se caminha para leste, chegando a atingir a média de 24°C.

A região está quase totalmente compreendida na bacia do rio São Mateus. Uma pequena parte, ao norte, compreendida na bacia do rio Itaúnas e outra, ao sul, na bacia do rio Barra Seca e na do rio Doce.

A bacia do rio São Mateus é a segunda em extensão no Estado sendo formada pelos braços de rio - Braço Norte e Braço Sul - que confluem após receberem inúmeros afluentes de pequeno porte, que localizados na Zona Serrana, possuem potencial energético para pequenas usinas de geração de energia, devido muito mais as diferenças de nível do que ao volume da vazão.

Originalmente, toda região era coberta pela floresta tropical de leste brasileiro: a Floresta Atlântica e a Floresta dos Tabuleiros, hoje quase totalmente destruídas. O desmatamento, iniciado a partir de 1945 de maneira indiscriminada contribuiu bastante para a destruição dessas áreas florestais.

Atualmente, a cobertura vegetal predominante é constituída por pastagens de gramíneas, cobrindo cerca de 70% da área total da região.

5.4. REGIÃO IV - LINHARES

Esta região localiza-se no nordeste do Estado, limitando-se ao sul com a Região I - Vitória, ao norte com o Estado da Bahia, a oeste com as regiões II - Colatina e III - Nova Venécia e a leste com o oceano Atlântico.

Tem uma área de 10.494 km² o que representa 23,01% da área estadual sendo constituída de seis municípios.

A maior parte do território é a caracterizada por latossolos de fertilidade baixa e média que ocupa quase toda a extensão da zona dos tabuleiros. Os solos arenosos aparecem na baixada litorânea e os de aluvião de boa fertilidade no delta do rio Doce.

Tem um clima tipicamente tropical onde a presença ou não de períodos secos funcionam como elementos de diferenciação climática.

A precipitação média anual varia de 1000 a 1500 mm³. A temperatura mais frequente é de 21° a 22°C.

Os rios Doce, São Mateus, Itaúnas e Barra Seca atravessam a região no sentido oeste-leste e o rio Riacho no sentido norte-sul.

Existem várias lagoas que são formadas em função do represamento das águas dos grandes rios, como a lagoa de Juparanã, a maior do Estado.

A capacidade da região para instalação de Usinas hidrelétricas é reduzida, devido a pequena queda das águas dos rios.

A Floresta Atlântica dos Tabuleiros rica em madeira de lei, cobria toda a região e foi destruída, devido à exploração indiscriminada.

Atualmente a cobertura vegetal primitiva restringe-se à reserva florestal de Sooretama (25.000 ha) às margens do rio Barra Seca e a reserva

da Vale do Rio Doce S/A (aproximadamente 19.500 ha).

Além desse tipo de vegetação existe a **vegetação do litoral** caracterizada pela formação de praias, dunas, restingas e mangues.

As turfas - solos hidromórficos orgânicos - ocupam áreas significativas do território da região. Possuem boa fertilidade, mas o excessivo encharcamento impede o seu uso sem que sejam feitas drenagens. Concentram-se na área litorânea dos municípios de Linhares e São Mateus.

5.5. REGIÃO V - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A Região de Cachoeiro do Itapemirim localiza-se no extremo-sul do Estado ocupando uma área de 9.982 km², correspondente à aproximadamente 22% da área total do Estado. É constituída de 20 municípios e é a que apresenta maior diversificação de paisagens naturais.

Limita-se ao norte com a Região de Vitória, a oeste com o Estado de Minas Gerais, ao sul com o Rio de Janeiro e a leste com o Oceano Atlântico.

O solo predominante é o latossolo de boa fertilidade e a terra roxa estruturada onde encontramos pecuária de leite, café e olerícolas.

O relevo sofre variações desde o nível do mar, na costa Atlântica, até altitudes de 2.890 m no pico da Bandeira, um dos mais altos do Brasil localizados a noroeste da região programa.

A formação geológica dessa região apresenta três zonas distintas a medida em que se caminha para o interior, com início na **Zona das Planícies Litorâneas**, de terrenos arenosos que se estende por toda a faixa litorânea, passando pela **Zona dos Tabuleiros** localizada entre o litoral e o interior com terras situadas geralmente em cota inferior a 100 m, passando o

relevo de plano a ondulado; e montanhoso chegando à **Zona Serrana** que se encontra em toda a parte restante da região, onde mais de 65% de sua superfície apresenta declividade superior a 30%. Esta alta incidência de terras íngremes tem facilitado o processo erosivo do solo e tem dificultado a mecanização da agricultura em larga escala.

Devido a essa grande variação de altitudes, existem variações climáticas que vão desde o tropical com seca no inverno, nas áreas de baixada, até o mesotérmico sem seca nas regiões mais altas.

A média anual pluviométrica varia de 1.250 a 1.750 mm³, sendo que os meses de maior concentração de chuvas são os de novembro, dezembro e janeiro.

As temperaturas médias anuais variam de 18° a 23°C sendo mais elevadas nas áreas mais planas.

6.

BIBLIOGRAFIA

-
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. **Caracterização do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1975. 61f.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Relatório de atividades - 1980**. 88p.
- _____. **Relatório de atividades - 1981**. Rio de Janeiro, 1982. 72p.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório de atividades - 1982**. Rio de Janeiro, 1983. 71p.
- _____. **Relatório de atividades - 1983**. Rio de Janeiro, 1984, 63p.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Coordenação Técnica. **Programa de implementação do modelo energético brasileiro**. PIMEB. Brasília, 1983. 31p.
- CEARÁ. Secretaria de Planejamento. Fundação Instituto do Planejamento do Ceará. **Articulação sócio-econômica do Estado do Ceará**. s.d. 89p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Energia. **Energia e economia em Minas Gerais, 1978/1983**. 1985. 234p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. **Anuário estatístico dos transportes - 1983**. Brasília, 1983. 713p.
- ESPÍRITO SANTO. Coordenação Estadual do Planejamento. **Arrecadação do ICM no Espírito Santo: 1981/1985**. Vitória, 1985. 345p.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação e Cultura. **Diagnóstico da situação educacional do Espírito Santo**. Vitória, 1975. 222f.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes. **Balanco energético estadual; 1980/1983**. Vitória, 1985. 143p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil - 1941/1945**. Rio de Janeiro, 1946. 536p.

- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1950**. Rio de Janeiro, 1951. 569p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1951**. Rio de Janeiro, 1952. 717p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1952**. Rio de Janeiro, 1953. 592p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1954**. Rio de Janeiro, 1954. 670p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1955**. Rio de Janeiro, 1955. 639p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1958**. Rio de Janeiro, 1958. 644p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1960**. Rio de Janeiro, 1960. 430p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1962**. Rio de Janeiro, 1962. 379p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1963**. Rio de Janeiro, 1963. 443p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1966**. Rio de Janeiro, 1966. 548p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1967**. Rio de Janeiro, 1967. 776p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1968**. Rio de Janeiro, 1968. 603p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1969**. Rio de Janeiro, 1969. 715p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1970**. Rio de Janeiro, 1970. 771p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1971**. Rio de Janeiro, 1971. 813p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1972**. Rio de Janeiro, 1972. 989p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1973**. Rio de Janeiro, 1973. 963p.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1974**. Rio de Janeiro, 1975. 957p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil - 1975**. Rio de Janeiro, 1976. 1015p.

_____. **Anuário estatístico do Brasil - 1976**. Rio de Janeiro, 1977. 813p.

_____. **Anuário estatístico do Brasil - 1977**. Rio de Janeiro, 1977. 847p.

_____. **Anuário estatístico do Brasil - 1978**. Rio de Janeiro, 1979. 897p.

_____. **Anuário estatístico do Brasil - 1979**. Rio de Janeiro, 1980. 853p.

_____. **Anuário estatístico do Brasil - 1985**. Rio de Janeiro, 1986. 759p.

_____. **Balanços estaduais e municipais - 1981**. Rio de Janeiro, 1983. 203p.

_____. **Orçamentos da União, Estados e Municípios - 1981**. Rio de Janeiro, 1982. 303p.

_____. **Censo agropecuário Brasil - 1980**. Rio de Janeiro, 1984. 494p.

_____. **Censo agropecuário - Espírito Santo - 1970**. Rio de Janeiro, 1975. 381p.

_____. **Censo agropecuário - Espírito Santo - 1980**. Rio de Janeiro, 1983. 407p.

_____. **Censo comercial - Espírito Santo - 1970**. Rio de Janeiro, 1975. 103p.

_____. **Censo industrial - Espírito Santo - 1970**. Rio de Janeiro, 1974. 191p.

_____. **Censo comercial - Espírito Santo - 1975**. Rio de Janeiro, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo comercial - Espírito Santo - 1980**. Rio de Janeiro, 1984. 239p.

_____. **Censo demográfico de 1960 - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1967. 103p.

_____. **Censo demográfico do Brasil - 1980**. Rio de Janeiro, 1983. 240p.

_____. **Censo demográfico - Espírito Santo - 1970**. Rio de Janeiro, 1973. 387p.

_____. **Censo demográfico - Espírito Santo - 1980; dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade**. Rio de Janeiro, IBGE, 1983. 203p.

_____. **Censo demográfico; famílias e domicílios de 1980 - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, IBGE, 1983. 98p.

_____. **Censo demográfico; mão-de-obra de 1980 - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, IBGE, 1983. 243p.

_____. **Censo industrial - Espírito Santo - 1975**. Rio de Janeiro, 1979. 190p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Anuário estatístico do café - 1927/1947**. Rio de Janeiro, 1977. 453p.

_____. **Anuário estatístico do café - 1974**. Rio de Janeiro, 1974. 127p.

_____. **Anuário estatístico do café - 1975**. 136p.

_____. **Anuário estatístico do café - 1980-1981**. Rio de Janeiro, 1981. 138p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Anuário estatístico do café - 1984.** Rio de Janeiro, 1984, 127p.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Estudos básicos referente a questão da habitação - intervenção estatal no processo habitacional.** Vitória, 1986. 270p. (Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo).

_____. **Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - 1985-2010: projeções demográficas, rede urbana, caracterização do espaço.** Vitória, 1985. 3v.

NOVA, Antônio Carlos Bôa. **Energia e classes sociais no Brasil.** São Paulo, Loyola, 1985. 247p.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. Instituto de Desenvolvimento. **Articulação sócio-econômica do Estado de Pernambuco.** Recife, SEPLAN, 1985. 2v. (contém mapas).

PERFIL Sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro. LIGHT, 1985. 234p.

PIQUET, Rosilig et alii. **As articulações sócio-econômicas regionais; su** gestões metodológicas. Rio de Janeiro, UFRJ, s.d. 78p.

PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO. **Elaboração de Cenários sócio-econômicos.** s.d. 65p. (monografia).

_____. **Condições de penetração de energéticos em espaços sócio-econômicos regionais.** s.d. 59p. (monografia).

_____. **Articulação sócio-econômica; Origem dos sistemas energéticos localizados.** 1984. 18p. (monografia).

SOCIETÀ PER LA MATEMATICA E L'ECONOMIA APLICATE. **Diagnose de economia capixaba e proposta de política industrial.** Roma, 1986. 2v.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Economia. Núcleo de Estudos e Pesquisas. **Antecedentes e evolução da economia capixaba.** s.n.t.

_____. **Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo.** Vitória, 1982. 4v.

